

BOLETIM

DA
ASSOCIAÇÃO
ACADÉMICA
DE
COIMBRA

N.º 2 - ABRIL 1965



MUSEU ACADÉMICO
DE
COIMBRA

Oferta de João José Almeida Pinheiro Santos (Coimbra - Coimbra)
ano 25/6/2010

boletim da

A.A.C.

DIRECTOR E EDITOR: Octávio Ribeiro da Cunha
- Presidente da A.A.C.

COORDENADORES: António Correia de Campos, António Soares, Castro Soutinho, Décio Sousa, Luís Filipe Pereira, Rui Namorado e Victor Gameiro

Sumário

Sottomayor Cardia	A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE
José Carlos de Vasconcelos	OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE
Rui Namorado	O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS
Victor Gameiro	ALGUNS ASPECTOS DO CONVÍVIO UNI VERSITÁRIO
Castro Soutinho	OBRIGATORIEDADE DO DESPORTO NA UNIVERSIDADE
Luís Filipe Pereira	PORQUE OS ESTUDANTES PORTUGUE- SES DEVEM PARTICIPAR NA LUTA CONTRA O ANALFABETISMO

EDITORIAL

Desde a publicação do número anterior deste Boletim, graves acontecimentos voltaram a ocorrer na Academia. Deu-se conta, na altura, em Editorial, de pesadas ameaças existentes. Procurou-se, uma vez mais, evidenciar a mediana clareza com que a razão dos estudantes se impõe. Apeliou-se para a consciência dos que actualmente exercem o poder.

As ameaças foram já concretizadas. Primeiro, são suspensos da frequência de todas as escolas nacionais, por um ano, o Gary e o Barros Moura, por seis meses, o Mendonça. Recente-mente, com as férias da Páscoa à porta, são preventivamente suspensos da frequência das aulas, até se apurar da sua culpabilidade nos processos disciplinares em curso, o Octávio, a Fernanda, o Pais e o Raquelino, quer dizer, os quatro elementos do C.C.R.; com assento na Direcção Geral da A.A.C..

Não se trata aqui de desenvolver a argumentação jurídica que claramente prove o absurdo de tais sanções. Pretende-se apenas referir uma situação criada pelos ânimos repressivos existentes na Universidade. Uma nota, no entanto, parece de interesse lembrar: sancionar uma Direcção Geral por acatar as deliberações duma Assembleia Geral, não é lógico, nem justo. O primeiro passo perante deliberações gravemente ilegais, tomadas por a Assembleia duma pessoa colectiva é o seu encerramento, apurada pelas devidas instâncias a ilegalidade das deliberações. Antes de tais diligências é completamente absurdo sancionar quem agir no âmbito de elementares regras de vinculação interna da Associação

ção a que pertence como dirigente.

Se as chaves do 1º piso não foram entregues, foi outra a vontade dos estudantes? Se as secções não paralizaram as suas actividades, foi outra a vontade dos estudantes? Se os nomes dos directores de secção não foram enviados para homologação foi outra a vontade dos estudantes? Se não se considera estatutária a representação das minorias ao nível dos directores de secção, é outra a opinião dos estudantes?

Verificando que os estudantes pensavam diferentemente delas, argumentaram as autoridades por qualquer modo para os convencerem de que não estavam na razão? Ou acharão ser dever dos estudantes acatar como infalíveis as opiniões oficiais? Ou será argumentar, o seco enunciar de exigências, convenientemente auxiliado por ameaças mais ou menos claras?

Temos uma A.A., entendemos a sua função duma certamaneira, julgamos o nosso dever dentro dela em certo sentido, queremos-la presente na Universidade de certo modo, assim como nos parece que o progresso da Universidade se deve processar em determinados moldes, visando determinados objectivos. Enganamo-nos? Quo-no-lo provem. Por nossa parte temos opiniões fundamentadas e só é legítimo, honesto e desejável mudá-las, perante argumentação que nos convença dos nossos erros. Não será isto acertado e honesto?

Qual a maneira de argumentar do Senado? Ameaças, exigências, o peso brutal e impiedoso de castigos desumanamente injustos.

Com tal atitude só pode conseguir-se a divisão da Universidade, conduzindo-a para uma irremediável rotura entre as suas partes integrantes, professores e estudantes.

Assim como um mestre não pode ser um carrasco, o órgão dos mestres não pode ser o tribunal injusto, herdeiro da pior tradição de arbitrariedade de certas outras autoridades.

Vimos para a Universidade aprender, aprender um ofício, aprender uma dignidade. Esperávamos muito dos professores. Amarga desilusão! Os nossos professores são os nossos julgadores, condenam-nos pelo que de mais generoso temos. Nem todos, é cer-

to. Mas quando o Senado age os professores vem na sua mão usada para ferir. Conhecemos e compreendemos as circunstâncias. Por nosso mal, conhecemo-las bem directamente. Pretendemos é que todos os professores se apercebem da gravidade da situação. É como se nos atassem as mãos, para depois nos fustigarem a cada acção generosa da nossa parte. Será isto educar?

O Senado julga e condena. Julga e condena injustamente impunemente à luz da actual ordem. Mas de certo modo, condenando se condena a severamente ser julgado pelas consciências, enquanto os anos não possibilitarem o julgamento da História.

Com o coração e o pensamento sabemos ser justa toda esta luta desigual, que nos obrigam a sustentar. Assemelhamo-nos a um soldado sem armas em frente dum carro de combate. Não é possível que a tripulação do carro de combate seja capaz de tranquilamente nos continuar a esmagar, sem que acabe por hesitar perante a extensão da sua própria deslealdade.

A nós, estudantes, restam armas dignas, mas pouco eficazes, já que são forçadas a enfrentar a violência e a arbitrariedade institucionalizadas. Mas que se alertem as consciências, que se alertem as vontades, pois os tempos nesta Universidade vão sendo cada vez mais de imperiosas opções.

Cabe aos estudantes um esforço ainda maior de compreender todas as implicações e o significado de repressão que sobre os dirigentes estudantis se abate. Uma determinação vigilante de defender por actos quanto esteja em causa do que lhes parece primordial e justo.

Aos mestres compete impedir que em seu nome se condenem injustamente jovens que cometeram o único crime de procederem de acordo com o que pensam ser a melhor maneira de defenderem os interesses dos estudantes e a autonomia da Universidade.

sottomayor

cardia

A FUNÇÃO

DA

UNIVERSIDADE

Compete à Universidade presenciar os conflitos dos homens a uma distância que lhe permita conservar as "mãos limpas" ou intervir neles ajudando a sociedade a vencer as determinantes da sua própria "sujidade"? De que estratégia pedagógica pode mais eficientemente dispor a Universidade para formar os seus estudantes? (É na resposta a este par de problemas que vejo a opção de base sobre o tema da função da universidade para formar os seus estudantes? É na resposta a este par de problemas que vejo a opção de base sobre o tema da função da universidade. A intenção de este escrito é propor para essas interrogações uma resposta esquemática e o mais possível clara.

I

Uma velha tradição das universidades europeias é a da autonomia, a da liberdade de afirmação própria ante os poderes públicos. Quando cerceadas em essa liberdade, as universidades costumam reivindicá-la e por vezes violentamente. É reivindicação que não raro tem significado progressivo: há sociedades em que é frequente que a universidade, ou parte de ela seja, anima

da por intenções e capacidades renovadoras, e os poderes públicos novidos por poderes estagnantes. Mas por outro lado a reivindicação da autonomia universitária revela muitas vezes espírito chauvinista, de casta eleita que se compraz em tradições carnavalescamente folclóricas, agita vetustos pergaminhos, se auto-exalta nos méritos do Espírito.

Nas universidades controladas por autoridades de nomeação governamental, a reivindicação da autonomia não conduz normalmente a nada e só pode ter alguma seriedade se reclamar método eleitoral ou então se qualquer motivo de ocasião fizer emergir desentendimento entre nomeantes e nomeados. Mas se aquela reclamação pode ser passo considerável para algo construtivo, estes milagres repentinos, em que uma aparência de conversão pode fazer esquecer o curriculum dos "convertidos" e comover algumas almas puras para quem os últimos a vir são os mais desejados, não exprimem mais do que um oportunismo que começa (ou recomeça) a ver trampolim onde até aí via fim. E passada a emoção que o espectáculo gera, podem objectivamente verificar-se as garantias da autonomia: confirma-se que as conversões tinham sido tão vistosas como transitórias e que o que ocasionalmente foi feito em desconformidade com a autonomia pode ser repetido no âmbito de ela. A autonomia de uma universidade gerida por autoridades nomeadas pelo governo não só não é método eficaz de afirmação ante o exterior como se harmoniza com os atropelos internos de que esse exterior precisa.

A correcta reivindicação que uma universidade renovante tem de fazer, a que interpreta necessidades reais e se arrisca a ser preterida e desvirtuada pela da autonomia universitária, não é tanto a de ser detentora de ampla liberdade institucional administrativa mas a de ser instrumento de autonomização e libertação. Mais do que de costumes burocráticos que a detem de aquele privilégio administrativo, o que a universidade precisa é de transformações fundas que lhe permitam executar a função de autonomizar e libertar. O que importa é uma universidade para a sociedade, não uma universidade ególatra mergulhada em si própria. É mais apostólico e sobretudo amplamente construtivo.

Há quem alegue que a autonomia universitária tem de conhecer limites e que por exemplo importa que os professores não tenham o direito de descurar o ensino ou os estudantes o de não estudar; é contudo singular que sejam exactamente essas as poucas "liberdades" que à universidade são impunemente concedidas. Por ou

tro lado já se tem dito que importa que a universidade mereça a autonomia pela forma como se porta. E isso é exactíssimo porque efectivamente uma universidade que não cumpre a sua função não merece ser autonomizada mas reformada por qualquer método desde que eficiente. Mas neste ponto emerge "nova singularidade" (passe o absurdo de uma forma verbal que reflecta um absurdo real): quando a universidade constrói esse mérito, torna-se objecto de punição.

Toda a verdadeira universidade é responsável na libertação da sociedade. não é o único motor do progresso e, em alguns aspectos, nem sequer é o mais capaz; não pode portanto arrogar-se o monopólio da acção libertadora. Mas consegue normalmente acelerar a transformação. A universidade que não cumprir tal função não merece liberdade ou autonomia; ou melhor: nela só as merecem os elementos que queiram efectivamente desempenhar a função universitária.

II

O que se entende por esse processo de libertação e que papel pode a universidade desempenhar nele?

Ser que se realiza no trabalho, na produção metodizada, o homem não é entidade fixa cindível de um contexto mas convergência de integrantes em contínua transformação e indissociável correlação com a circunstância. Essa correlação traduz-se por exemplo na impossibilidade de pensar os indivíduos como seres isolados ou auto-suficientes mesmo no processo da sua subsistência mais elementar; determina insuficiência que se reflecte na criação de necessidades cuja solução só em nível social é possível.

Produção metodizada. Produção significa capacidade de realizar necessidades, criação do meio humano pelo próprio homem e pelo preenchimento das suas próprias carências: produção dos meios materiais de subsistência física, produção dos instrumentos que submetem as forças naturais e as põem ao serviço do homem, produção de uma sociedade em que — pela supressão das aleneções humanas mais basilaramente impeditivas da satisfação das necessidades de todos — desapareçam os motivos de contradi

ção entre os homens. Metodizada diz-se da actividade premeditada, destinada a um fim da actividade que consiste na aplicação das construções intelectuais aos problemas práticos, i.é., aos problemas de aquela produção.

É na produção metodizada que consiste a liberdade. É pela totalização de essa produção que o homem se liberta concretamente. Liberdade intelectual e mental traduzida na produção de pensamento coerente, que postulando o determinismo, conhece a estrutura de correlações que é a natureza e nas quais se insere o mundo de actividade que é o homem. Possível libertação moral portanto, na medida em que, na base de esse processo cognitivo, se produzam relações humanas ordenadas e o menos contraditórias do ideal harmónico de equitativa satisfação das necessidades.

Ninguém duvidará que o trabalho teórico consiste em alcançar a liberdade intelectual, de investigação e crítica, no alargamento da rede de instrumentos mentais que constroem explicação cada vez mais precisa do real. Mas moralmente a liberdade não significa apenas isso. Liberdade moral respeita a coerência e a instrumentalidade não apenas do espírito mas de todos os aspectos da actividade; não respeita tão-só a não-contradição da pensar mas a não-contradição do agir; traduz-se em instrumentalidade não já mental mas total. Se a acção humana resulta de interacção natural e social, essa liberdade pressupõe planificação de uma sociedade ela própria não-contraditória e tecnicização da natureza que infligiu as forças cegas do mundo inconsciente à acção metodizada do homem.

A universidade, mesmo em uma concepção acanhada e restritiva, é a instituição onde se cultiva a ciência e o saber, onde se formam intelectuais, quer intelectuais interessados na pura investigação quer intelectuais que planeiam tènicamente a aplicação do saber. Libertador é todo o intelectual que de alguma forma comunique a expressão do seu espírito de análise, da sua prática de relacionamento de inteligíveis. Se a planificação de estruturas que realiza a libertação da sociedade consiste na aplicação da teoria produzida pelo trabalho da mente, esse tipo de liberdade não esgota o domínio da libertação que o trabalho intelectual comporta. Se o saber é aplicável, o intelectual que tenha preocupações morais tem de reconhecer a sua responsabilidade na construção de sociedade menos contraditória.

Claro que há intelectuais que, a cobro de profundas sondagens metafísicas, não praticam a lucidez mas a manifestação; e outros— ou os mesmos— que, para não macularem a sua liberdade futura de seres segregados, a sua "consciência" de homens que querem ser "livres" sem serem libertadores, se recusam a todo o contacto impuro com o mundo das contradições supostas definitivas e no culto do desespero pelo desespero. São responsáveis pela permanência de espectros, pela generalização do confucionismo que inspira todos os demagogos da estagnação, pelo preconceito abstencionista e portanto culpabilista de que o mundo está talvez errado mas é incorrigível e todo sacrifício para o melhorar é inútil e apenas sacrifício, pela perpetuação das violências profundas e generalizadas com receio das epidémicas e transitórias, pela sensibilidade cristalizada tão reactiva à violação do texto da lei como indiferente à injustiça consagrada pelo código e a polícia. "Escribas e fariseus hipócritas, sepulcros caídos; condutores cegos que ceiam um mosquito e engolem um camelô"; — como violentamente dizia Cristo—, ei-los que são também amigos de enquistamento de espírito, adversários de toda a reforma da mentalidade.

Há intelectuais que praticam a lucidez e há outros que a organização da sociedade reduz a titubeantes indecisos em quando exceda o limitado domínio da sua actividade profissional. E mesmo em esse domínio, o condicionalismo social não deixa de se reflectir: há intelectuais que assumem a sua função como a de elementos de um todo que conjuntamente trabalha e investiga, enquanto outros tendem para o isolamento individualista, valorizam desmesuradamente a sua acção e trabalham com o fito exclusivo de deixar marca da sua personalidade. Uns trabalham concretamente para a equipe de que fazem parte e sujeitam-se à especialização como meio mais apto de se realizarem, ou dedicam-se à acção ideológica em nome de uma moral, uma política, uma religião, em representação do interesse de uma classe ou de um grupo profissional,— e então podem ter consciência da função e do valor do seu indivíduo. O estilo de trabalho difere necessariamente neles e nos homens que se ocupam de cultura para "libertação da lei da morte" ou aquisição de um nome; em estes não conta a colaboração mas o egoísmo, e qualquer originalidade forçada pode servir de passaporte para a galeria da história. A socie

dade burguesa encara o problema da intelectualidade predominante na perspectiva do génio individual, do homem irredutivelmente egoísta; e dentro de essa visão atomística prepara não só os seus intelectuais puros mas os técnicos também.

Um exemplo pode explicitar a atracção que em sociedade burguesa o individualismo egoísta exerce sobre os intelectuais e que acaba por lhes fazer perder as qualidades de cooperação. Grande percentagem dos estudantes que entram para as faculdades de medicina é constituída por homens entusiastas pelo bem do próximo, por jovens sinceramente devotados ao trabalho em conjunto na luta contra o sofrimento e a doença. Essas qualidades podem integralmente permanecer e desenvolver-se no médico que trabalha em equipe no hospital bem apetrechado de que é funcionário, se o vencimento auferido o não obrigar à acumulação de funções ou ao recurso à clínica particular. Mas no caso do médico que se transforma em explorador livre de controle—é por essa liberdade que a clínica se diz livre—, o espírito de cooperação desaparece, a concorrência assenta praça, a rivalidade instala o seu mundo de mútua guerra, e do espírito de interajuda visada a um objectivo comum fica só o que serve para a conquista de pequenos monopólios: não é a ajuda para, mas a ajuda contra, a dicotomia. E o clínico, de intelectual ao serviço da colectividade, transforma-se em simples burguês egoísta, sem perspectivas que não sejam as suas próprias individuais ou as do sistema que engendra a possibilidade de o filho ou o protegido serem igualmente homens viciados na sua insociabilidade, serem intelectuais do mesmo tipo dos que papagueiam farisaicamente a "dignidade da pessoa" e a "consciência de homens livres".

Lugar de transição, à universidade compete preparar homens que, ao contrário de esses, exerçam actividade transformativa e metódicamente criadora. Por isso é uma escola,— a escola que fornece à sociedade os seus trabalhadores de qualificação superior. Uma universidade autêntica prepara para o trabalho, forma homens que contribuem para a satisfação das necessidades colectivas. Se prepara para o trabalho, é trabalho e duplamente: não só produz as condições da futura produção mas, mais ainda, só por estrutura dinâmica à do trabalho efectivo pode de facto formar trabalhadores funcionais. Se o homem se forma na acção, só se pode dizer que um estudante efectivamente se forma na medida em

que se habituou a uma participação activa na sociedade, na medida em que se ginasticou na realização das tarefas por que vai ser definitivamente responsabilizado. O contrário seria formar agentes através da passividade receptiva, ou seja o próprio absurdo.

A qualificação do estudante como trabalhador, como jovem trabalhador, implica, no plano social e económico imediato, a sua valorização como elemento produtor (com consequências na ampliação e democratização do recrutamento de estudantes). E, no plano estritamente pedagógico, exige o método da escola activa: da escola empenhada em provocar a catalizar a curiosidade intelectual, a perplexidade ante a incompletude do saber transmitido ao escolar e ante as contradições da sociedade em que se insere, i. é., da escola que fomenta a independência de espírito provocando no aluno a iniciativa da problematização, a inventividade fundamentada da resposta, o hábito do pensar coerente e amplamente crítico, a recusa da "verdade feita", e da atitude passiva. Uma escola superior deve sobretudo provocar a aprendizagem de métodos, de conhecimentos instrumentais, de algo que permita continuar pela vida adiante o enriquecimento da experiência e habilite a resolver os problemas concretos que o exercício de uma profissão suscita.

A verdadeira universidade está sobretudo empenhada em reformar a mentalidade: em substituir no comportamento do homem a dogmática recitação de "verdades" e a mecânica aplicação de fórmulas e rituais pela inquirição clara de argumentos e análises e pela discriminação concreta das possibilidades e das necessidades momentâneas. A reforma da mentalidade não é eficiente se pretender apenas modificar os hábitos de pensamento; pressupõe transformação de zona mais lata da organização da actividade humana. O pensamento reflecte condições da natureza concreta do homem; é a imobilidade do comportamento que gera a receptividade passiva; é a situação apressiva de cujo carácter alienante os respectivos beneficiários não têm consciência que determina a criação de tabus impeditivos da curiosidade inquiridora; é a parasitagem que se reconhece desnecessária e por isso desconfia do futuro que se empenha em apregoar o fortuito e o casual na história, o fracasso da razão, o pessimismo metafísico, a desconfiança no futuro, e em minar o semelhante com anestésicos do

passado, enfáticas proclamações de incorrigibilidade dos males presentes. Há remédios para o espírito que exigem prévia medicina (não raro cirúrgica) do corpo colectivo. A universidade que queira reformar a mente não pode alhear-se da transformação dos hábitos que condicionam a deterioração de esta nem desistir de institucionalizar na sua própria vida (e, mais latamente, na da sociedade de que faz parte) processos que, em vez de obstaculizar, promovam a reforma desejada. Não se pode separar crítica teórica de crítica prática: a menos que se queira autonegar, a função que uma universidade mais diametralmente tem de ver nos antipodas da sua é a de conservar a "ordem" estabelecida. Não lhe compete conservar coisa alguma estabelecida, senão o hábito de investigar e ajudar a sociedade a libertar-se, o que é ainda e na generalidade um hábito a estabelecer; e não pode reconhecer como ordenado senão o que favorece esse empreendimento.

Uma universidade só pode desempenhar a sua função crítica prática (a) se dispuser de recrutamento amplamente democrático, (b) se habituar os seus membros a uma organização interna de autogoverno, (c) se for aberta e praticamente sensível às questões morais do mundo em que se integra. Importa portanto proceder à descriminação de cada um de estes pontos.

a) O problema central do recrutamento de estudantes consiste em possibilitar que todos os jovens tenham acesso ao ensino e que, no acesso a cada grau, a única condição a preencher se ja relativa às aptidões e capacidades próprias, com exclusão de privilégios de classe ou situação económica do país. Aparentemente trata-se tão-só de uma simples questão de justiça individual, de um método de postular a igualdade como ponto de partida e de, visto a formação universitária constituir importante valorização pessoal, conferir a todos possibilidades iguais. Mas não é realmente apenas de isso que se trata. Trata-se também de permitir mais rigorosa (por mais ampla) selecção no recrutamento universitário, de não embargar o desenvolvimento mental de enorme quantidade de indivíduos potencialmente dotados, de propiciar a formação de mais e melhores trabalhadores intelectuais. Em regime de selecção condicionada por recrutamento de classe, não é só a justiça que se torna letra morta mas a própria cultura que se amputa de uma zona de expansão e desenvolvimento quantitativamente relevante.

Mas a viciação não pára ainda aqui. O recrutamento classista não afecta a universidade só por lhe diminuir a radiação cultural. Atinge-a sobretudo nas possibilidades transformadoras práticas, na contribuição, para renovoamento da sociedade. Universitários recrutados na classe dominante são pessoas em quem, por educação, pesa um lastro de mentalidade e hábitos que prejudica o cumprimento de essa função. E fora pequena margem de excepções a crédito da formação ideológica, são também pessoas empenhadas em conservar o tipo de organização social de que são beneficiários. Não é com elementos socialmente passivos que se constrói uma universidade activa. O recrutamento classista afecta portanto não apenas o quantitativo de expansão cultural mas o qualitativo de crítica prática que à universidade compete.

A realização de uma autêntica universidade i.é. a criação de condições que a voltem para a satisfação das necessidades nacionais, pressupõe portanto transformação da própria estrutura da nação, transformação que lhe permita recrutamento não socialmente discriminatório. Poder-se-ia supor que a transformação respeitaria apenas um aumento suficiente na atribuição de bolsas de estudo e nas verbas orçamentais que o Estado destina à educação. Seria sem dúvida excelente e amplamente progressivo. Os problemas de recrutamento universitário ficariam possivelmente resolvidos. Mas não o ficariam ainda os que determinam a própria necessidade de equacionar aqueles no respeitante à função crítica prática da universidade. Quer-se um recrutamento democrático para dar à universidade possibilidades de acelerar as transformações de que a sociedade precisa para resolver as suas contradições. Importa que uma posição privilegiada que a qualidade de diplomados lhes garante na sociedade não convide os universitários dinâmicos que esta recebe a uma estabilidade de interesses que inabilite a acção moral. São por demais conhecidos os casos de grandes patronos dos interesses. Além de reformas mecenas e orçamentais, há terceira condição a preencher: a de que uma ascensão individual de self made man não oblitere, por auto-encantamento, justiça imanente calvinistamente entendida, realização pessoalmente egoísta ou obsessão recalcadamente ambiciosa, a mentalidade moral dos universitários provenientes de classes subordinadas. E isso pressupõe, não intervenção pedagógica sobre o psique dos indivíduos, mas reorganização estrutural da sociedade; exige terapêutica não psicológica mas só globalmente possível.

b) A universidade autêntica é democrática não só no recrutamento mas no funcionamento interno. Se prepara para a intervenção na vida nacional tem de treinar na actividade responsável, no hábito de decidir sobre as questões próximas. Os estudantes e universitários precisam de organizações que os incitem a debater livremente os problemas do ensino, da futura actividade profissional, da universidade, da função que a sociedade de eles exige. De organizações que simultaneamente os responsabilizem pela gestão das suas próprias necessidades culturais extra-escolares ou sociais, e os representem nos órgãos do governo da universidade e, quando necessário, em reivindicações pedagógicas e outras. Não pode haver uma universidade formativa (1) de cidadãos sem associações de estudantes que funcionem em regime de plena independência interna.

c) Finalmente uma universidade empenhada a sério em ser útil tem de ser amplamente sensível aos problemas da colectividade, tem não só de ser culturalmente actualizada mas permeável ao seu tempo histórico. Se liberta pelo conhecimento, interroga-se sobre o mundo que quer autonomizar. Se não fizer seu o cadinho de experiências que é a sociedade e se se imobilizar em receitas passadas, fica à margem do processo em que tem de intervir ou até o contrário. Como componente nuclear da consciência da sociedade, nada de esta lhe pode ser alheio. E se a libertação se não esgota no conhecimento, a universidade que é consciência teórica não pode cortar os laços que a unem às organizações que são consciência actuante. Em esses laços que a ligam às forças progressivas consiste o "para" de "uma universidade para a nação". Uma universidade autêntica põe à disposição de essas forças instrumentos teóricos e técnicos engendrados na sua actividade específica.

Os universitários que, para a preciosa salvaguarda da intangível cultura, recusar a máscara corruptível com o mundo da crítica prática não só desfavorecem o advento de uma sociedade menos injusta mas até de uma universidade mais completa. Uma universidade gènesse. Constitui-se não apenas por si própria mas na medida em que a deixem perder o carácter de classe, lhe permitam abandonar a trincheira do abstencionismo, a não obriguem a limitações que auto-inutilizam. Só pode haver universidade livre e

autónoma em sociedade livre e autónoma. Crítica teórica e crítica prática integram-se no mesmo processo interactivo: toda a educação é libertadora mas importa que, na sociedade a libertar pela educação, seja aplicável a pedagogia autêntica. É por isso que nem toda a libertação se obtém por via pedagógica: a teoria é de facto instrumento da prática mas há desobstruções práticas condicionantes do desenvolvimento teórico.

III

Analisou-se a responsabilidade moral do universitário enquanto intelectual; importa não emitir a menção das actuais limitações a esta responsabilidade. Um universitário, mesmo de elevada categoria intelectual e mesmo que não pertença é confraria dos que vêm na universidade trampolim para a sua vontade de parasitar o próximo, não é evidentemente apenas um universitário; é um burguês que, se muitas vezes reage teóricamente aos preconceitos e interesses da sua classe, raro reage contudo praticamente à situação pessoal que essa inerência lhe grangeou. Está preso, como qualquer outro, por interesses criados, posições a não perder; nele o teórico funciona muito mais desenvoltamente do que o cidadão e este acaba normalmente por tornar céptico a quele. Escapa com menor dificuldade a essa integração na rotina se for jovem, se ainda não tiver sólidas posições conquistadas a defender, se o ritmo mental de inovação for directamente compassado ao ritmo prático de transformação. É por isso que as disponibilidades morais são normalmente diferentes no universitário diplomado e no universitário estudante. O jovem universitário actual é igualmente um burguês, mas a sua proveniência social é a um tempo atenuada pela ainda não radicação no fundo da engrenagem do mundo burguês e, a outro tempo, confere ela própria uma certa liberdade de movimentos pela margem de segurança material que grangeia pelo alheamento à premência da subsistência quotidiana.

Na medida em que tem convivência fácil com larga camada de semelhantes igualmente não rodeados na deformação cristalizadora do mundo acabado que importa conservar sob pena de não conservar a posição que se tem nele, o estudante tem muito am-

plas possibilidades de acção moral. Abre-se-lhe um amplo campo de acção: aniquilar dogmas, vencer tabus, combater ideologias opostas à transformação da sociedade, planificar reformas a introduzir no mundo em que vai viver, clarificar ideias, depurar vestígios de decrepitude nas correntes de vanguarda, ampliar a consistência de estas pela ginástica da sua desenvolvimento interna. E pode "contribuir" para isto tudo no sentido próprio de "agir em conjunto", em diálogo com outros jovens, os coetâneos de que é proverbial dizer que são os homens de amanhã. Aos mais cultos em especialmente evitar que os colegas de vitimação pedagógica se afundem na mistificação dos palradores de cátedra, dos jograis de sebenta. O jovem tem ainda e sempre possibilidade de incrementar a esperança no futuro, lutar contra o desespero, o conformismo e também a vagabundagem de espírito, o tédio da existência não unificada; pode ajudar a dar sentido à vida a pessoas que se vêm com poucas amarras mas também sem laços que as incitem, e fazê-lo não com apelos de subjectivismo ou palanfrório exortativo mas com tarefas a sugerir, uma colaboração a pedir, a planificação de acções comuns objectivas.

Muitos dos que fazem profissão de fé na juventude simultaneamente assumem a atitude paternalista de quem aconselha a acção, para quando se tiver posição mais sólida, o que se pretende fazer desde já. Alguns, insistindo em que de posições claras assumidas na juventude costuma resultar a futura subalternização burocrática e a "perda de valores" defendem a tese do infiltracionismo; têm em muitos aspectos razão sobretudo se a tática não necessitar digitar farce demasiado notório, mas talvez se enganem na eficácia do método porque o infiltrado acaba normalmente por se islar ou cair na categoria dos que têm demasiado a sacrificar no jogo. E isto é assim porque a consciência se forma e deforma na acção e pela acção. E é esta mesma ideia que importa contrapor aos que opinam ser a juventude "generosa mais inexperiente". Esquecem que a experiência não é simples agregado de dados vividos mas elaboração consistente de interrogações e respostas. Esquecem que a experiência só se cria experimentando e que se radica tanto mais extensamente se não tiver que esbarrar com anticorpos endurecidos que a inacção necessariamente alimenta e só a actividade transformadora efectivamente crítica.

A universidade é o ponto de confluência dos jovens. Mas

na panorâmica oficial de uma sociedade enquistada e voltada para o ornamental, facilmente serve de motivo mitificador e é instrumento de prestígio pessoal de um "condottiere" que sabe que a pompa impressiona, de um candidato a redentor que compreende que a sociedade se deixa mais facilmente redimir por uma grande "cabeça". Em essas circunstâncias costuma acontecer que as declarações em torno da universidade lhe predicam todos os mágicos atributos de um "mét d'enflure". Entre esses atributos conta-se o de uma unidade que muitas vezes é simplesmente passada a pedra e a azulejo no palácio de uma reitoria. A universidade como todo uno e acabado adquire então existência para aquele feito ornamental: não promove o desenvolvimento da cultura mas entra na categoria de corpo visível. Não precisando de ser res cogitans bastava-se como res extensa. E dá bem para "aviar" um bom elogio ao Espírito com maiúscula, se possível diante do corpo diplomático.

Claro que um ponto de confluência de jovens não pode ser apenas isso e acaba por fazer perigar o belo e nebuloso estupefaciente com que querem narcotizar o bom do crente. Esse ponto de confluência, por muito contorcido, sebertizado e examinado que seja, por muito que o queiram fechar, é um mundo que contém em si os instrumentos humanos da transformação e do futuro e que inclusivamente é capaz de inverter o uso da unidade universitária e tirá-la ao domínio do mito. É um mundo que pode mostrar ao anestesista feiticeiro que é perigoso construir mitos que de algum modo possam contribuir para aproximar homens: o verbo da verborreia pode tornar-se acção. Mas isto não significa que os estudantes possam ser factor suficiente no processo práctico-total de transformação dos quadros institucionais de uma sociedade. Seria suprema ignorância sociológica supô-lo: a disponibilidade da camada estudantil nunca atinge a do détachement radical dos grupos que já quase nada têm a perder nem a extensão demográficas e a distribuição geográficas necessárias para censurar transformação de esse tipo.

Diz-se com intenção de absorver a universidade, que se lhe tem de pedir, porque o seu trabalho tem máxima aplicação libertadora e porque é dispendioso. Mas se pensarmos nas limitações sociais que a envolvem no presente e nos tempos mais próximos, e mesmo descontando a sua fragilidade cultural, também con

cordo que se lhe tem pedido em excesso, sobretudo ao supor que de ela têm de sair os governantes: ser graduado por universidade tão defeituosa e exclusivista não confere qualquer especial direito de liderança sobre o semelhante, mesmo que a liderança não seja visivelmente contra o semelhante. A injustiça de um tal "direito" tem paralelo na quimera do papel messiânico dos estudantes. A formação de políticos e legisladores poderia competir a uma universidade autêntica à universidade de um povo que tivesse superado as contradições globais da sua organização, à universidade que dispusesse de recrutamento não-classista, à universidade de sociedade não-classista; em este caso a escolha só poderia ser contida a de técnicos eficazes e não a de piros intelectuais enquanto tal: a oligarquia do espírito, preconizada por fanáticos que ido latram a intelectualidade tão só para se darem ares culturais, é hoje uma de essas infantilidades que não vale a pena tomar a sério. A uma universidade com as características da que hoje temos, nesse particular cabe apenas o direito de ser obrigada a dar apoio teórico e técnico às entidades a quem se possa atribuir a função selectiva: as organizações políticas progressistas. O que evidentemente pressupõe que estas se possam constituir a ser reconhecidas.

IV

Função nacional da universidade? Função dos estudantes? Para a comum mentalidade empírica não há nisto senão utopia longínqua, talvez apenas certa irresponsabilidade opinativa. Pois não são as coisas muito mais simples? Não é que a função dos estudantes é estudar e a da universidade conduzi-los em esse estudo? Um estudante estuda, de outra forma não é estudante — dirá o "non-nête homme", o cidadão desconfiado das pedagogias ou da sua aplicação. E literalmente tem razão; as tautologias exprimem sempre uma verdade. Mas as verdades simplistas do senso comum podem facilmente transforma-se em grandes erros se não forem analisadas. Do equívoco se têm aproveitado demagogos de pouca imaginação mas que, pelo simplismo com que equacionam problemas, podem arrastar o grosso da mediocridade. Impora, por essas entre outras razões, se analise o que se entende por "a função do estudante é estudar".

Para partir de uma situação concreta no concernente à posição dos estudantes perante o que oficialmente se chama estudo, é preciso ter em conta que, para não poucos dos seus estudantes, a universidade portuguesa é uma desilusão que os coloca ante dilema de que um polo é o desinteresse pela cultura e a submissão à sebenta e o outro o estudo autodidático. Com a agravante de o autodidatismo não significar apenas trabalho sem o professor mas muitas vezes trabalho apesar do professor. No plano directamente pedagógico, a raiz de uma tal desilusão e inversão de valores reside na concepção enciclopedística que enforma o nosso ensino superior.

Um dos mais perniciosos preconceitos da mentalidade portuguesa é o da "cultura geral", a valorização do homem que fala de muitas coisas. A universidade alimenta esse preconceito com os seus cursos compartimentados em muitas cadeiras, nas quais se transmitem aos estudantes montes de conhecimentos desconexos e desorganizados; com os tratadismos (quando não os sebentismos) sistemáticos que impingem pela rama o saber feito, a síntese precipitada que importa memorizar, desprezam o método de elaboração de esse saber, a análise investigativa; com a preocupação de ensinar muito em extensão e não importa se pela forma qualitativamente pior, para exame e para esquecer, mas do qual muito se espera fique o lastro de "cultura geral" que habilite ao acesso à cultura especializada ou ao trabalho profissional. De essa visão ruminativa da aprendizagem resulta ser a universidade semelhante ao liceu no que respeita a estrutura de organização pedagógica e os métodos didáticos. E resulta também o amarfanhamento mental dos estudantes que se limitam aos horizontes que a escolaridade universitária fomenta. A consequência é formarem-se inteiramente alheios à responsabilidade profissional que, com iníqua novidade nos seus hábitos, assumem ao sair da universidade.

Entre nós a preocupação do "reformador" do ensino universitário parece ter-se dirigido toda para a síntese acabada, o saber feito, a uniformidade na organização burocrática do ensino. E consequentemente para a erudição atomizada e a verificação dos conhecimentos que o aluno tem em Junho ou Outubro, não para o desenvolvimento da capacidade de manipular instrumentos mentais nem para o estímulo do trabalho fundamentado. Predomina a vocação de escalonar pessoas, compartimentar-lhes o espírito,

decalcar a rotina das funções de fiscalização — a examinite. Certo que há executantes que agravam desnecessariamente o erro e o exploram até ao delírio; mas independentemente de abusos e incapacidades especialmente notórias, a directriz está ela própria impregnada de enciclopedismo, "cultura geral" síntese antes da análise, espírito de tribunal que verifica se a vítima consegue ou não reproduzir o texto.

O ensino universitário classista desempenha na perpetuação de hábitos socialmente regressivos: a utilidade da "cultura geral" para "épater (mas não só o "bourgeois"), a função necessariamente conservadora do diploma seentãciamente obtido, a facilidade com que esse saber "em folhas" se acomoda a qualquer enquadramento que continue a não exigir senão passividade e espírito rotineiro.

Em relação a este tipo de ensino parece difícil sustentar que a função do estudante é estudar: "estudar não é neste caso função de estudante mas de "marrão". Estudar, no sentido não deformado da palavra, é actividade dinâmica, nunca memorização rotineira de coisas desconexas.

Todo domínio cultural ou científico, i. é. todo o conjunto de "matérias" ensinável em uma universidade, é resultado de complexo processo de investigação e pesquisa. A universidade visa formar homens que continuem ou apliquem um saber interminamente em construção; e o estudo sério não consiste senão no adextramento para essa continuidade ou aplicabilidade. A pedagogia autenticamente formativa é a que provoca no aluno a re-criação das fases metodologicamente significativas que o pensamento humano atravessou até construir o nível actual do saber em dado domínio. Os conhecimentos específicos funcionam aí como instrumentos para a construção de outros, como exemplificação prática da dialéctica inquiridora.

A base do trabalho universitário é a pedagogia prática do método; por isso se deve exigir que os professores sejam investigadores e que a universidade participe activamente na investigação científica. Se o curriculum universitário de um estudante for constituído por pequeno número de cadeiras, com algumas à escolha, e se no âmbito de cada o trabalho incidir sobre dois ou três temas restritos para a aprendizagem de métodos de trabalho e de investigação, se os programas forem renovados cada ano ou ca

da dois anos para compassar a investigação original do professor, o estudante é então colaborador activo do professor. É no processo de essa colaboração que o professor, i. é. o director de estudos, se esforça por suscitar nos aprendizes a elaboração de experiência e a ginástica mental necessárias ao trabalho de qualificação superior; é na colaboração orientada pelo estudante mais experiente, i.e. o professor, que o estudante menos experiente, i.é. o estudante propriamente dito, adquire o método e os instrumentos de trabalho, a ferramenta mental que vai usar a aprefeioçar pela vida adiante. A aprendizagem do método é a apropriação do capital cultural cuja aplicação permite maior lucro. O problema de verificar se há algo de comum em uma universidade onde se professam múltiplos ramos de saber, campos de investigação e domínios técnicos, problema para que já se têm proposto as mais ingenuas soluções (1), no estrito plano da escolaridade só pode talvez ser solucionado afirmativamente se se reconhecer a basilariade da pedagogia prática dos métodos. Dizer que a função do estudante é estudar significa dizer que a função do estudante é reagir activamente aos estímulos de esse tipo de pedagogia.

E a abertura de perspectivas dada pelo conhecimento elementar de questões de outros domínios do saber vai então ser desprezada? Não. Esse papel compete decerto à escolaridade liceal, nunca à universitária. Não que como início da formação universitária tais necessidades desapareçam; pelo contrário tornam-se ainda mais prementes, mas devem ser confiadas às organizações circum-escolares e às universidades populares, às quais cabe promover pequenos cursos de divulgação, conferências e outros tipos de convívio. Às organizações circum-escolares, nomeadamente promover a colaboração de universitários de faculdades diferentes, organizar formas de convívio (convívio é sempre convívio em uma actividade) destinadas ao intercâmbio de conhecimentos e experiências, e através de isso fazer conhecer a cada técnico em formação os problemas e as bases das outras técnicas e domínios teóricos. Como a cultura geral passa-se o mesmo que com a formação moral e política, que em sociedades progressivas igualmente compete às organizações sindicais. A segunda dimensão da unidade universitária — quebra de compartimentação estanque, intercâmbio de preparação cultural — estrutura-se portanto em domínio não directamente escolar. O estudo em esse plano não é escolar mas cir-

com-escolar. Sem órgãos que exerçam essas actividades ou sem a sua livre possibilidade de actuação, à margem dos trabalhos propriamente escolares, a formação cultural e moral dos estudantes fica gravemente comprometida e dificilmente se pode dizer que há universidade.

O estudante universitário é o homem que se prepara para a actividade profissional de qualificação superior. Uma actividade profissional é uma actividade técnica que põe problemas concretos de um certo tipo i.é. problemas do mesmo domínio mas diferentes e variáveis no pormenor, que são tanto mais diferentes e variáveis quanto mais elevada a qualificação exigida. Se é técnica, pressupõe construção científica prévia i.é. prévia aprendizagem do método; se é concreta e diferenciada, pressupõe capacidade de continuar a ciência até à utilização específica ou resolução dos problemas i.é. capacidade de aplicação dos métodos científicos no particular concreto. A pedagogia do método não é portanto específica dos futuros investigadores mas necessária aos futuros técnicos também.

Técnicos são indivíduos cuja preparação cultural é empregada na solução de problemas concretos: técnicos de educação, técnicos de engenharia, de planificação geral da vida da colectividade (ou seja políticos), técnicos de medicina técnicos de investigação teórica. Técnicos são todos os homens cultos, i.é. dotados de conhecimentos, que ajudam os outros com a sua ciência, que contribuem para maior satisfação das necessidades humanas pelo conhecimento dos determinismos que a ciência descobre ou inventa. Se a função da universidade é criar as condições teóricas de base para mais rápida libertação da sociedade e se a libertação é sempre tecnicização, generalizada, a preparação de técnicos é tarefa central no trabalho universitário.

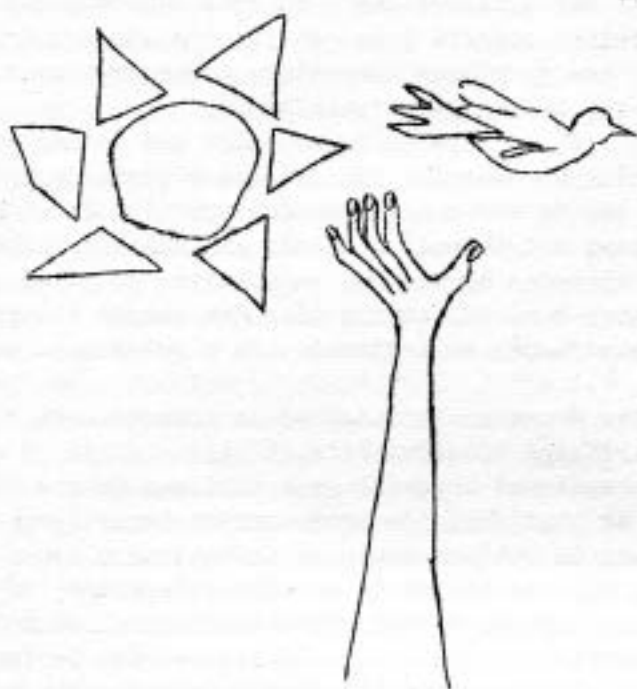
Há tantas técnicas quantos conjuntos de problemas concretos a resolver; a pluralidade de problemas determina portanto a pluralidade de estruturas de saber organizado a transmitir em uma universidade ou, melhor dizendo, a pluralidade de métodos a aprender em uma universidade. A pedagogia dos métodos é única fértil e criadora; sem ela o homem saber "coisas" mas não sabe progredir, não sabe resolver problemas novos. Um técnico não pode ser o mesmo que uma biblioteca ou um arquivo de especialidade; o que na sua preparação importa é aprender a utilizar os ele

mentos que deve ter à disposição para consulta ou manejo, aprender a reconstruir a ciência para continuar a sua construção ou para a aplicar aos problemas concretos, aprender a agir sobre a circunstância que lhe compete transformar.

Estudar é, em este contexto, algo que se não pode claramente delimitar do exercício da própria actividade profissional: o estudo tem de ser o mais possível próximo da vida. O hospital, a fábrica, o tribunal, a escola são habitat indispensável à formação do aprendiz de médico, engenheiro, jurista, professor. As aulas práticas e os institutos técnicos anexos à universidade só cumprem a sua função se tenderem para a integração em esse habitat.

Estudar é uma actividade: só se aprende aquilo em cuja execução se participa efectivamente. A universidade só pode conferir formação cultural superior se entender a função dos estudantes como a de auxiliares do professor na investigação, só pode formar homens de cultura ampla se incentivar o convívio circum-escolar de universitários de escolas diferentes, só pode habilitar técnicos capazes de satisfazer as necessidades da colectividade, no sentido de que a consciência teórica se forma pela intervenção prática: é em actividade que se assemelha no seu futuro trabalho que o aprendiz de profissional consciencializa e explicita em estrutura organizada a sua rede de conhecimentos e instrumentos teóricos. É no diálogo e na comunicação que se clarificam as ideias e sistematiza o saber, como é na prática transformadora que se consciencializam as constantes das interações dos fenómenos, as leis científicas.

Finalmente estudar é uma actividade que não é só intelectual, uma experiência que não se restringe a tarefas especializadas; só é estudante o jovem que, contra os hábitos passivos, enquistados e deteriorantes da sociedade que o integra, empreender luta que lhe fomente independência de espírito, organização mental actualizada, libertação da mente e do comportamento, exigências de actividade e esperança. Só esta totalização da prática cria ao estudante a equipagem mental que lhe possibilita cumprir a função de estudar. "A função da universidade é acelerar a libertação da sociedade" e "a função do estudante é estudar" são expressões sinónimas. Só o não são se a última for entendida com limitado espírito de filisteu.



"Caibam na roda os convidados todos,
e seja convidada a humanidade".

[M. Torga in "Sinfonia"]

OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE

Nota introdutória

As palavras que seguem foram lidas no "Dia da Universidade" (1 de Março último), a anteceder o colóquio com o Sr. Doutor Hatos e Sá sobre "A função actual da Universidade" — colóquio com o qual terminaram as comemorações daquele Dia, promovidas (à excepção de uma Missa, da iniciativa da Reitoria) pela Associação Académica de Coimbra, e em alguns actos das quais colaboraram ou estiveram presentes autoridades universitárias e professoras; assim como colegas de Lisboa e Porto.

Oportuno será notar que o tempo destinado para a nossa exposição inicial não permitia fossem tratados vários problemas fundamentais: e, desta forma, tivemos que nos limitar a dois ou três pontos, mesmo estes sem o desenvolvimento que julgávamos necessário. Por outro lado, múltiplos afazeres deixavam-nos apenas escassas horas para a sua redacção, pelo que parcialmente, tivemos de nos socorrer de alguns artigos sobre "A Missão da Universidade" já por nós publicados, e de um nosso prefácio a um livro que nunca chegou a ver a luz do dia — escassas horas que nos permitiram ainda dar a estas linhas, aqui e ali, uma melhor sistematização.

Isto dito, importa destacar que em alguns passos do meu trabalho me coloquei numa perspectiva estudantil talvez um pouco exagerada. Mas fi-lo muito de propósito — para, durante o colóquio que se seguiu, ter oportunidade de confessar, notando sempre no tempo, porém, que na prática os exageros, incomparavelmente maiores (e conduzindo, aliás, às mais perniciosas e nefastas consequências para a Universidade e para o País), têm sido todos; e com uma trágica tendência para se acentuarem, de sinal contrário reduzir o estudante a um papel puramente passivo dentro da Universidade onde parece pretenderem que eles ocupem cada vez menos o lugar de sujeitos, e cada vez mais o de objectos.

E fi-lo para, de seguida, acentuar a urgência de restabelecer a necessária posição de equilíbrio, na qual professores

e alunos colaborem e participem no governo de uma Universidade autónoma: os professores (se assim o desejarem) agrupando-se com total independência para estudarem e resolverem os seus problemas próprios; os estudantes agrupando-se de igual modo, com total independência, nas suas Associações, para prosseguirem as suas finalidades específicas; professores e estudantes unindo-se para tratar de tudo que em globo à Universidade concerne, participando conjunta e activamente na sua vida institucional, através de órgãos como o Senado e os Conselhos Escolares e a Assembleia Geral da Universidade.

Gostaria de registar ainda — não, é claro, por dirigidas a mim, mas ao que nesse momento bem ou mal eu representava — as referências feitas acerca deste trabalho pelos professores presentes, mesmo por aqueles que declaravam não estar de acordo com parte das suas ideias, assim como as magníficas intervenções de alguns desses professores: nomeadamente as sabedoras, inteligentes e brilhantíssimas palavras do Sr. Doutor Vitor Matos e Sá.

Sobre um aspecto, porém, todos parecem estar teoricamente de acordo, e não se compreende bem — ou dramaticamente se compreende — como na realidade as coisas com tanta frequência se passam de maneira totalmente diversa: é que entre os professores e os estudantes não deve haver oposição, mas colaboração; não deve existir uma relação de antagonismo, mas de complementaridade. É a forma de terminar com eventuais mal-entendidos ou divergências entre dois membros do mesmo corpo, não é, não pode ser, cortar as asas a um deles, ou destruí-lo mas estabelecer um diálogo honesto, livre, esclarecido, que possibilite se chegue a uma base comum de fecundo entendimento.

Aliás, mais em nós se radicou esta certeza: na prática, essas divergências, esses mal-entendidos ou conflitos não existem na grande maioria dos casos, ou não existem com os professores quanto tais — são artificialmente criados para se transformarem num dos pretextos que abrem a porta à injustiça e à prepotência.

//

josé carlos
de
vasconcelos

OS ESTUDANTES
E A
UNIVERSIDADE

No dia em que os estudantes, através da sua A.A., resol-
veram comemorar condignamente o Dia da Universidade, pareceu-lhes
oportuno que um dentre eles fizesse ouvir a sua voz, para que es-
ta; embora modesta no caso presente, lembrasse uma verdade que
nem por tão evidente e importante tem deixado de ser, com frequên-
cia aterradora, minimizando ou esquecida — quando não despreza-
da. Verdade que é esta: os estudantes também são Universidade, e
dentro desta têm o direito, e o dever (aqueles que, quando os es-
tudentes lutam pelos seus direitos, se apressam a adverti-los com
os seus deveres, esquecem, ou fingem esquecer, a inter-penetra-
ção que existe entre uns e outros; esquecem, ou fingem esquecer,
que quando os estudantes lutam pelos seus justos direitos, estão,
do mesmo passo, cumprindo os seus inclináveis deveres), têm os es-
tudentes o direito, e o dever, dizia, de participarem activamen-
te na vida e no governo da Universidade de que eles são a pura
substância, o sangue arterial.

E, para isso, temos de começar por fazer algumas consi-
derações — ainda que muito breves, sem querermos de qualquer for-
ma anteciparmo-nos ao colóquio que se vai seguir, sobre a Univer-
sidade: Universidade que, no contexto dos valores de uma Nação —
— quaisquer que sejam os princípios ideológicos que presidem à

NOTA dos COORDENADORES: Este trabalho foi apresentado pelo autor
num colóquio realizado no ano passado aquando das comemorações do
Dia da Universidade.

Entende-se ser de interesse trazê-lo a público neste Bo

sua estrutura sócio-política — ocupa lugar de cumineira. Logo pela razão de representar ela (ou pelo menos lhe competir essa obrigação) o mais alto expoente da Cultura e da Ciência, e o seu principal foco irradiador, e ser concomitantemente o centro de formação intelectual e de convivência de um essencial sector de uma Pátria: a Juventude, e precisamente aquela Juventude à qual; pelas suas especiais aptidões, por via de regra virá a caber o pesado e sagrado encargo de estar à frente dos destinos da Pátria; do mundo em que vivemos.

Passaremos aqui sobre todo o aspecto histórico. Recordamos apenas que foi nas épocas em que gozou de mais autonomia que a Universidade atingiu maior esplendor e preponderância: assim nos séculos XIII e XIV. Já quando essa autonomia sofreu rudes golpes — como aproximadamente entre meados do século XV e meados do século XVIII — vemos a Universidade abandonando esse lugar. E raras, Giordano Bruno, Descartes, Malebranche, Spinoza, Leibniz; Pascal; Voltaire, Rousseau, entre tantos outros, não ensinam na Universidade. Todo o progresso, inclusivé o científico, era acusado de subverter valores eternos, insusceptíveis de serem discutidos; talvez impostos por uma força a que esses grandes espíritos não se podiam submeter — embora isso lhes pudesse custar

que uma Santa Inquisição, em nome de princípios sagrados, os queimasse numa fogueira purificadora, como no caso de Giordano Bruno.

Mais tarde, a Universidade volta a adquirir muito do seu antigo prestígio, e a Universidade Alemã, por ex., no aspecto científico — que não no institucional — atinge alto nível. Nos nossos dias, são enormes as diferenças entre as Universidades dos vários países — diferenças que correspondem, aliás, duma forma geral; às das diversas estruturas económicas e sócio-políticas.

Mas voltemos ao nosso ponto, para responder a esta pergunta primeira — "quais as funções da Universidade?". Propomos; em esquema, cinco funções. Três delas podemos considerá-las clássicas. São, as que Ortega y Gasset designa por:

- I) — Transmissão de cultura;
- II) — Ensino dedicado às profissões liberais;

letim por se lhe reconhecer actualidade no tema sobre que incide.

III)-Investigação científica e formação de novos homens de ciência. Merleau-Ponty, ainda estudante e participando num encontro internacional sobre a educação na Universidade de hoje - cujos debates e votos estão publicados em "Étudiants à la Recherche de leur Université" - chamava-lhes: formação técnica, formação profissional, manutenção e salvaguarda de uma cultura. Eu proporei antes:

- 1) Transmissão e incremento da cultura.
- 2) Formação técnica e profissional.
- 3) Formação e investigação científica.

E a estas três funções acrescentarei mais duas, de acordo com Julian Marias no seu lúcido ensaio "La universidad, realidad problemática", apresentado pela primeira vez numa conferência na Universidade de San Marcos, de Lima, por ocasião do seu quarto centenário. São elas:

- 4) Função social no país a que pertence.
- 5) Função de relação internacional.

Julian Marias, porém, fala apenas de quatro tarefas da Universidade, sendo as duas últimas as que vimos de referir, e as duas primeiras a "função na vida intelectual criadora" e a "função docente".

É impossível, até por carência de tempo, referir aqui o importante contributo que os estudantes, através das suas Associações, dão a cada uma destas tarefas. Destacaremos, no que concerne à segunda e à terceira delas, o papel desempenhado nomeadamente pelas secções Pedagógicas e Sociais. No que respeita à quarta e à quinta, de uma clareza meridiana o contributo essencial dos estudantes para a consecução dos seus objectivos, e abordá-las; sobre ser impossível por falta de tempo, obrigar-nos-ia a tocar em certos pontos delicados, sobre os quais, infelizmente, nem sempre nos é permitido travar o diálogo que julgamos indispensável. Assim, focaremos a primeira daquelas funções. E liminarmente; perguntar-se-á porque é que à usual designação de "transmissão da cultura" preferimos a de "transmissão e incremento da cultura"? Para explicitar melhor - e esta tem sido uma das suas grandes pechas - que a Universidade não cumpre apenas, ou até não cumpre sobretudo, ser somente a transmissora de ideias e conhecimentos adquiridos através dos séculos, e até daqueles já geralmente aceites no nosso, como também pesquisar as próprias contradições dessas ideias geralmente aceites, realizar análises inovadoras sobre a realidade concreta do seu tempo, intentando depois a formulação de novas sínteses.

Quero portanto dizer: é preciso deixar bem claro que a Universidade não só deve transmitir cultura, como ela mesmo deve fomentar a cultura, criar cultura, na medida em que para lá de transmitir "o sistema vital das ideias peculiares de cada tempo" deve aprofundá-las, enriquecê-las, acrescentar-lhes as mais recentes conquistas da ciência e do pensamento. Nem podia deixar de acontecer assim, dado ser a cultura um processo essencialmente dinâmico - o que a distingue da mera erudição: esta é morta, estática; é um repositório, uma espécie de museu poeirento de conhecimentos, enquanto a cultura é viva, derivando duma constante tenção entre esses conhecimentos enriquecidos pelo diálogo e pela acção.

Ora, muitas vezes - e como nós o sabemos - a Universidade de tom de facto deixado de ser uma instituição dinâmica, aberta às realidades e necessidades do seu tempo, para - como escreveu o professor brasileiro Heron de Alencar no seu belo tratado intitulado "Universidade y Religião y Alienação Cultural" - transformar-se pouco a pouco em "depositária e transmissora do tesouro universal. Em lugar de criar ela passou a preservar o que já estava criado. Mais ainda: em certos casos ela passou a se opôr à criação de novos valores e novas verdades, ela se recusou ao diálogo e à discussão, a fim de não comprometer o tesouro de que ela se tornara guardiã. Com a nova obrigação de formar uma elite baseada no mérito e no valor individuais, que substituisse aquela outra elite baseada em direitos hereditários ou outorgados como favor, ela se anonizou na preocupação quase exclusiva de transmitir uma cultura oficial que por definição mesmo, teria de desconhecer todo o progresso imediato e recusar toda a renovação de base. Aquela sua outra missão primeira, de elaborar o saber como experiência de saber, de ser uma comunidade de professores e alunos capaz de criar uma cultura contemporânea como instrumento de assimilação e domínio da realidade, essa outra missão se foi perdendo com o correr dos tempos".

E a mim me parece ser esta função de "transmissão e incremento da cultura" a mais importante da Universidade: até porque ela está na base de todas as demais. Não nos podemos esquecer que a ciência e a técnica nunca são fins em si, mas meios - e tanto mais importantes, quanto mais poderosos - ao serviço dos homens. E os homens - principalmente aqueles que constituem a parcela da sociedade que amanhã ocupará dentro desta os cargos de maior responsabilidade e de governo - hão-de ter antes de tudo uma visão geral e unitária do mundo e das coisas, hão-de ter princípios mestres norteadores de todos os actos da sua vida, que

os levam a constantes opções e rejeições, que fazem se trate realmente de vida aquilo que vivemos.

E esta imprescindível visão unitária do mundo e das coisas; só a primeira das funções da Universidade a pode dar. Onde ela não existe - e se não é adquirido fora da Universidade - os homens transformam-se em máquinas, sem uma consciência esclarecida sobre as questões essenciais do nosso mundo e do nosso tempo; que lhes permita uma constante escolha e tomada de posição no que concerne a tudo que possa influir no bem estar, na paz e no progresso da humanidade.

Aderimos assim a um dos três tipos de Universidade: a Universidade formativa, ou de tipo inglês, que nos parece de longe preferível a qualquer dos outros dois, seja a Universidade científica ou de tipo alemão, seja a Universidade técnica, de tipo francês ou napoleónico.

Esta, aliás, tem sido a orientação seguida na quase totalidade dos encontros internacionais, quer de reitores e professores; quer de alunos - como naquele que já citámos, e, entre tantos outros, também nos da Pax Romana. E isto mesmo foi reconhecido no Encontro Internacional de Genebra onde se versou o tema "O homem diante da ciência". Igualmente entre nós é esta a opinião dominante, recordando apenas em sentido sensivelmente diverso a expressa pelo Prof. Dr. Eduardo Coelho na sua lição inaugural do ano lectivo de 61/62 na Universidade de Lisboa.

Ora, na conjuntura actual, é nas suas Associações que os estudantes encontram alguns dos melhores e mais decisivos estímulos para adquirirem a "cultura" a que nos vimos reputando; é nas Associações que encontram o campo óptimo para desenvolverem o sentido agudo do corpo em que vivem integrados, adquirindo uma ampla perspectiva do "sistema vital das ideias", da problemática contemporânea. Para só citar a nossa A.A., eu lembro que nela existem dezenas de secções, desde os Círculos de Estudos Filosóficos (com mesas de Economia, História e Ciência, que muito em breve devem constituir novas secções) aos Literários, Musicais, ou de Artes Plásticas, desde a Fotografia, Danças Regionais ou Museu; até aos Estudos Cinematográficos, ao Intercâmbio e à Secção de Textos, desde a Secção Pedagógica ou Social, até à de Informação e Propaganda e à de Saúde, até às próprias secções desportivas - ao serviço dum sadio entendimento da velha máxima de Juvenal. E que existem ainda seis organismos autónomos: o Orfeão, a Tuna; o TEUC, o Coral de Letras, o CITAC, e o Orfeão Misto. E, não precisamos dizê-lo, através da múltipla e rica actividade da A.A.-

- que seria muito mais vasta e valiosa se não fossem os obstáculos que se erguem à sua acção - e dos vários organismos, que aos estudantes sobretudo se faculta a possibilidade de estarem à altura de assumir as responsabilidades que lhe competem.

Mas, além disso, atentemos nas palavras de Ortega y Gasset: "A sociedade necessita de bons profissionais - juizes, médicos, e engenheiros -, e para isso mesmo aí está a Universidade com o seu ensino profissional. Mas, antes e acima disso, necessita de procurar e julgar a capacidade em outro género de profissões a de mandar (...). Tal é a tarefa universitária fundamental. Isso tem de ser antes e mais nenhuma que outra coisa a Universidade". Ora, pergunto eu, onde - senão nas suas Associações - podem os estudantes preparar-se para esta sua missão essencial de mandar? - entendendo por mandar não tanto "o exercício jurídico de uma autoridade", como "a pressão e o influxo difusos sobre o corpo social". Indubitavelmente é nas A.A. de E.E. que a estes vai ser possível passar para o campo da prática, da concreta efectivação; o que até aí era simples construção teórica, mera abstracção - o que se traduz num extraordinário enriquecimento para a sua personalidade. Se é um lugar-comum, verdadeiro, dizer que os estudantes de hoje serão os governantes de amanhã, nenhuma experiência para tanto lhes é mais necessária - e conseqüentemente mais imprescindível à Nação - do que aquela que ao nível das associações (e das federações, e das uniões) lhes é propiciada.

Para que a Universidade, em suma, cumpra esta sua função essencial é-lhe precisa a colaboração das A.A.E.E., e A.A.E.E. independentes, autónomas - pois, não o sendo, não são autênticas associações, mas agrupamentos que se limitam a coactivamente servir aqueles que as pulverizam ou trazem asfixiadas, ou a resistir-lhes. Repare-se: trata-se de julgar a capacidade de mandar, de ensinar a mandar, e não de compelir e obedecer.

E, só sendo autónomas as A.A.E.E. poderá ser autónoma a própria Universidade - pois não se compreende a autonomia dum corpo sem autonomia de uma das duas partes que o compõem. Também aqui não nos poderemos alongar como se fazia mister, nem entrar em linha de conta com toda uma vasta série de problemas intimamente relacionados com o da autonomia da Universidade e o lugar dos estudantes dentro dela.

Que a Universidade deve ser autónoma, não sofre hoje contestação no campo dos valores autênticos. Para não sermos forçados a entrar em mais largas considerações nem a citar diversissimos testemunhos, recordamos apenas as intervenções e as conclusões da 3ª Conferência Geral da Associação Internacional das Uni

versidades, realizada no México de 6 a 12 de Setembro de 1960, na qual participaram reitores, vice-reitores e directores de faculdade e institutos de ensino superior, professores e estudantes pertencendo a 70 países, 19 instituições não membros, 23 federações nacionais de Universidades e 10 organizações internacionais, entre elas a União das Universidades da América Latina, a Associação das Universidades da Comunidade Britânica e a Federação das Universidades Católicas (Portugal, se não erro, era o único país, dentro dos do seu padrão de cultura, que não estava representado). Nessa das moções aprovadas, sob proposta da Universidade Nacional do México, afirma-se na sua alínea a) ser indispensável a participação da Universidade na vida pública, devendo ser a elevação do nível de vida dos povos o seu resultado, e a conservação da paz o fim supremo. E nas alíneas b) e c) diz-se:

"b) A autonomia da Universidade é condição "sine qua non" da prossecução destes fins, assim como a salvaguarda mais vigorosa para a liberdade de expressão, de ensino e de investigação.

c) As Universidades estão abertas a todas as tendências e ideologias, e todos os homens e mulheres suficientemente dotados poderão, se o desejarem, pertencer ao número dos universitários".

E qual o papel a ocupar aqui pelos estudantes? É facto sabido que, por via de regra, os ataques à autonomia da Universidade têm derivado de ataques à soberania estudantil, e que, para a Universidade recuperar todo o seu antigo prestígio, é indispensável que os estudantes voltem a ocupar dentro dela o lugar que do direito e de justiça lhes cabe. Para que não me acusem de um qualquer "ismo" aqueles que, à míngua de razão, costumam resolver os problemas com abundância de insultos, quando não de outros processos ainda mais convincentes, limitar-me-ei aqui a fazer referência a documentos da Federação Universal da Associação Cristã dos Estudantes, da Pax Romana, do movimento Internacional dos Estudantes Católicos, e a citar, por exemplo, este passo da já referida "Missão da Universidade" de Ortega y Gasset, que continua a ser uma obra em vários aspectos exemplar. O grande filósofo espanhol, após afirmar que muitos factores intervêm na inquietação dos estudantes, sublinha: "... o mais importante e decisivo actua nos estudantes sem que eles mesmos dêem conta. Consiste em que não eles, nem ninguém em particular, mas simplesmente o tempo; a situação actual do ensino em todo o mundo, obriga a que de novo se centre a Universidade no estudante, que a Universidade

volta a ser antes de tudo não o professor, mas o estudante, como na sua época mais autêntica foi". E mais adiante, além de outras afirmações que pelo seu tom nem queremos transcrever, frisa: "Inclusivamente no sentido quase material, a Universidade tem de ser o estudante (...) Os imediatos donos da casa são os estudantes, completados no corpo institucional pelos professores".

Quanto à Universidade portuguesa escusado será recordar que D. Diniz ao fundá-la (fundação que hoje comemoramos) se inspirou no modelo bolonhês ou estudantil, aos estudantes pertencendo todo o poder, desde escolher os reitores (que normalmente eram mesmo estudantes), a nomear os professores e a fazer os próprios estatutos da Universidade". "Esta soberania, escreveu o Prof. Galvão Teles, era expressão de uma vida livre, de uma completa independência em relação à orgânica estadual". E, na sua comunicação "Universidade, comunidade de estudantes", apresentada ao 1º Congresso Nacional da J.U.C., Afonso Botelho faz notar que "uma das leis da existência duma comunidade é possuir hierarquia própria. Donde, uma reforma da Universidade portuguesa, para o ser verdadeiramente, deve entregar de novo o governo da instituição aos estudantes".

E foi na sua intervenção nesse mesmo Congresso que o Prof. Galvão Teles, na sequência das palavras que acima referimos passou a falar dos ataques posteriormente feitos à autonomia da Universidade, até que com D. Mamel "o Reitor passou a ter de ser um fidalgo ou homem constituído em dignidade", tendo-se mesmo retirado aos estudantes o seu direito de voto". E o Prof. Galvão Teles escreve textualmente: "De então para cá, esta criticável tendência não mais deixou de se acentuar, por mal da Universidade. A principal responsabilidade do facto é talvez de imputar ao espírito da reforma pombalina, em que se projectou, como uma sombra, a tirania do despotismo reinante". Prespicazes palavras estas -- acrescentarei eu --, a pedirem a necessária meditação...

Mas temos de terminar. Falar da situação da Universidade em nossos dias não me é agora possível - e todos, de resto, a conhecem. Gostaríamos, no entanto, que se meditasse sobre a sua adequação ou inadequação aos esquemas propostos, sobre o seu enraizamento ou desenraizamento relativamente ao melhor das nossas tradições; sobre a sua actual possibilidade ou impossibilidade de corresponder às exigências mais prementes.

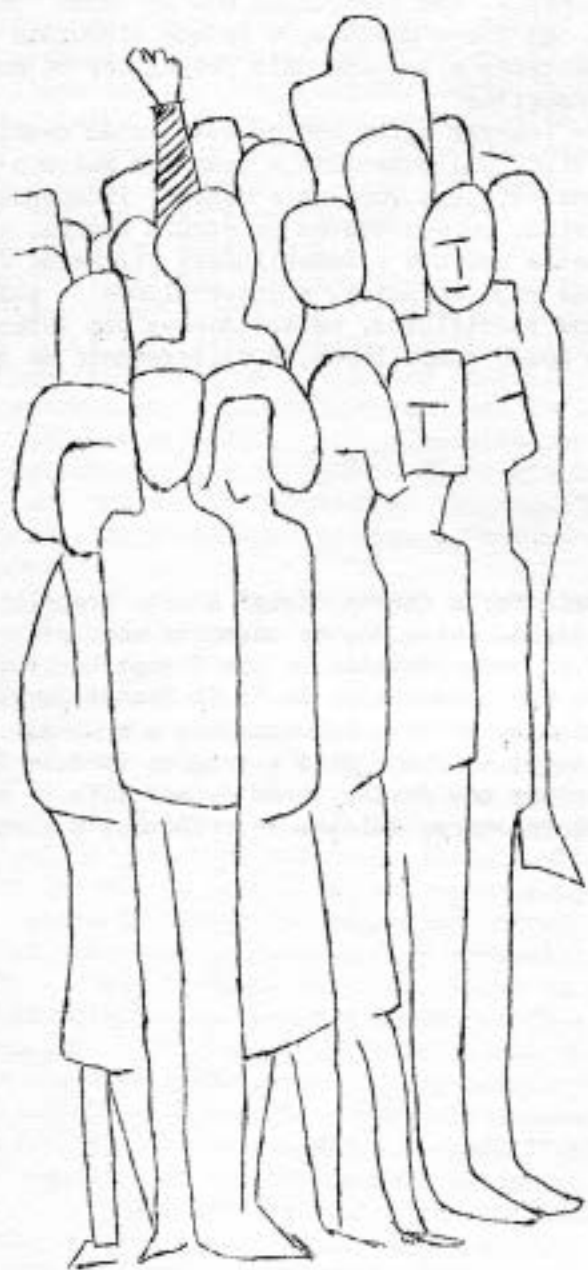
E gostaríamos de lembrar que, não indo mais longe, no momento actual, os estudantes não têm sequer representantes seus no Senado ou nos Conselhos Escolares, não elegem tão pouco os

seus delegados para uma Comissão de Actividades Circulo-Escolares em que estão em grande minoria, têm Associação que se regem por estatutos sobre os quais nem foram ouvidos, e de que discordam - - Associações cujos elementares e tradicionais princípios de auto-gestão a lei sequer respeitou.

E gostaríamos de lembrar enfim que os estudantes desejam sinceramente um diálogo vivo, uma constante e cada vez maior aproximação com os professores, para que uns e outros, independentes nos seus órgãos próprios, colaboradores em órgãos comuns, estejam por igual juntos nessa urgente e indeclinável obrigação de construir uma Universidade rejuvenescida, a Universidade pela qual, com os mais diversos sacrifícios, os estudantes vêm lutando; a Universidade que o nosso tempo impõe, a Universidade de que a nossa Pátria precisa.

P.S.: - A própria "nota introdutória" a este trabalho foi redigida antes de, no corrente ano, até o "Dia da Universidade" haver sido proibido - por "inoportuno"... -; proibição que abrangeu uma conferência do Prof. Doutor Gouvêa Monteiro, seguida de colóquio, sobre a Universidade e a Ciência.

Este facto vem acentuar ainda mais a trágica verdade de algumas das considerações por nós feitas, além de ser mais um dado para fecundas - embora sempre tristes - reflexões e ilações.



rui
namorado

O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS

O problema da representação das minorias é específico da A.A.C.. Nenhum estatuto de qualquer outra Associação de Estudantes o consagra por qualquer modo. Tal questão põe-se, entre nós, sob dois aspectos. Quanto aos corpos gerentes, a representação das minorias está expressamente consagrada nos estatutos que nos foram impostos, quanto às direcções de secção, divergem os estudantes das autoridades na interpretação dos estatutos, considerando os primeiros que a este nível tal representação nem se justifica, nem resulta de qualquer preceito legal ou estatutário, afirmando as segundas que tal deriva dos actuais estatutos.

— Representação das minorias nos corpos gerentes

No art. 106 dos antigos estatutos integrado no Título X (Do acto eleitoral), lia-se: "As eleições far-se-ão em lista completa e por escrutínio secreto, e cada uma conterá os nomes votados, para a direcção em número de 7, para a Mesa da Assembleia Magna em número de 3,..."

Quando a A.A.C. reabriu depois do interregno causado pela crise académica de 62, tinha novos estatutos, para os quais nem a contribuição, nem a opinião dos estudantes, foram pedidas.

Integrado no Título III, capítulo IV (Da eleição dos corpos gerentes), o art. 57 dizia: "Tendo-se apresentado duas ou mais listas à eleição, a todas elas será dada representação nos corpos gerentes proporcionalmente ao número de votos obtido por ca da uma, desde que este não seja inferior a 20 por cento dos sufrágios expressos.

§ 1º Cada lista terá direito a tantos lugares na direcção quantas vezes a percentagem de 14 por cento do número total de sufrágios expressos couber no número de votos por ela obtido...

§ 3º É aplicável à eleição da mesa da assembleia geral e do conselho fiscal o que fica disposto nos parágrafos anteriores, mas a percentagem a que alude o § 1º será respectivamente, de 25 e 33 por cento".

Foi como se vê feita uma alteração importante. No entanto, não houve a mínima manifestação de vontade por parte dos estudantes, nesse sentido.

Analisemos o conteúdo da modificação verificada.

Será que a representação das minorias nos corpos gerentes deriva necessariamente da democracia interna das AAEE, ou se já do que se designa por democraticidade? Creio que não. Tal princípio concretiza-se sobre diversos aspectos. Em primeiro lugar, todos os estudantes devem poder ser eleitores e elegíveis, desde que preencham as condições estatutárias exigidas. Segundo, que os dirigentes sejam eleitos temporariamente, em geral ano a ano, e que sejam responsáveis perante as assembleias gerais das associações que dirigem. Terceiro, que as diversas correntes de opinião se possam livremente exprimir ao nível deliberativo geral, isto é, no âmbito do órgão máximo de cada associação, a assembleia geral. Ora, acontece que o facto de tal órgão englobar todos os estudantes assegura em absoluto uma constante e adequada representação das minorias, já que até a minoria mais insignificante (1) tem a possibilidade de se fazer ouvir, de criticar, de discordar, de denunciar o que achar mal. A representação proporcional ao nível dos corpos gerentes, nada acrescenta ao poder das minorias, nada traz à democracia interna da associação. É sim uma medida anacrónica.

Vejamos. Quando diversas listas se apresentam ao sufrágio dos sócios duma associação, pressupõe-se que as separam divergências, que podem ir desde uma opposição total, até a uma concordância de fundo, quebrada quanto a critérios práticos de actuação. Aos eleitores cabe escolher qual a lista que preferem, o que implica adesão à orientação por ela preconizada. Qual deverá ser, depois, a orientação seguida? Creio que a alternativa entre seguir-se a preconizada por uma das listas, ou uma mistura das diversas, não se põe, pois a última hipótese é em si absurda, por não ser mais, afinal, do que uma anárquica ausência de orientação. Portanto, a seguir-se uma de várias orientações qual deverá ser a preferida? Aquela a favor da qual se contarem mais sufrágios, a que for preconizada pela lista mais votada. Partindo daqui as coisas começam a surgir mais claras. Quem porá em prática a orientação escolhida? Certamente, quem a defendeu como programa, por isso recebendo a maioria de votos. Nunca, uma equipa em que a estes se juntassem elementos derrotados precisamente por terem outra opinião sobre os problemas da associação e proporem outra linha de actuação. De facto, se uma lista foi derrotada, isso se deve à opinião duma maioria dos eleitores, acerca dos elementos que a compõem e do que eles se propõem fazer. Os eleitores enganam-se? A prática lhes demonstrará o erro e no ano seguinte, novas eleições lhes darão a oportunidade de repararem o erro cometido, fazendo justiça à orientação antes rejeitada, ou sancionando uma nova linha. Até lá têm a assembleia geral, para impedir desvios demasiado lesivos dos seus interesses, por parte dos dirigentes acerca de quem se enganaram.

A rejeição da representação proporcional nos corpos gerentes, assim, além de não pôr em causa a democraticidade, de modo algum beneficia os sócios. O que se pode dizer é que a sua permanência conduz à diminuição dos efectivos da direcção na medida em que entrem para eles elementos do sector minoritário. Este acaba por ser um entrave a um funcionamento em pleno, e entre nós é do conhecimento geral o pouco que todos esses elementos fizeram no exercício das suas funções directivas.

Será sequer racional, objectar-se que doutra maneira uma associação que é de todos, fica apenas ao serviço da maioria? Quanto ao gozo das utilidades inerentes à qualidade de sócio, é

evidente que tal não acontece, nem se pode imaginar que aconteça. No aspecto de fruição das potencialidades individuais, através da actividade associativa, também me parece que não, até porque tal seria apenas possível num flagrante desrespeito pelas normas essenciais das AAEE, fàcilmente denunciável em assembleia geral por quem se achasse lesado, e grandemente desprestigiante para quem, arvorando-se em defensor dos princípios que regem as AAEE, os desprezasse na prática.

Um pouco à margem, podemos reforçar a argumentação, alegando que a prática introduzida com os estatutos impostos conduz a que um certo número de candidatos seja preterido por outros, com menor número de votos.

Levemos o esclarecimento desta questão um pouco mais longe. Num escrito do Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, "Pax Romana", vem referido como requisito da democraticidade, que: "as minorias têm o direito de tomar parte nos corpos directivos do sindicato". Note-se no entanto que todo o documento se refere ao modo de estruturação e de funcionamento duma União Nacional de Estudantes, o que é diferente duma Associação. Nesta os dirigentes são directamente escolhidos pelos sócios e colhem plenamente os argumentos atrás aduzidos. Contra estes, nada resulta do referido trabalho. Quanto a uma União Nacional, para além de ser discutível o princípio expresso, sempre pode admitir-se como mais justificável, já que os dirigentes são agora escolhidos por representantes, estes sim, directamente eleitos pelos estudantes. Pelo que os eleitores dos dirigentes duma União Nacional, na medida em que eles próprios foram investidos em poderes decisórios, não podem aliená-los ainda que só em parte sem uma garantia muitíssimo forte, de que não os farão variar muito do rumo a que estão vinculados, perante quem os escolheu.

Não é só a democracia interna das AAEE que se compadece notòriamente com a ausência de representação das minorias, mesmo a própria democracia política se não une necessariamente a tal critério. Cite-se, por exemplo, Jacques Maritain, no seu livro "Princípios duma política humanista" (pag. 102):

"Por outro lado, para evitar introduzir o "cavalo de Tróia" da representação proporcional na estrutura democrática, no

temos que assim como o bem comum não é uma simplés soma dos bens individuais, assim a vontade comum não é uma simples soma das vontades individuais. O sufrágio universal não tem por fim representar simplesmente opiniões e vontades atómicas, mas dar forma e expressão, segundo a sua respectiva importância, às correntes comuns de opinião e de vontade que estão em acto na nação. A linha política duma democracia deve ser franca e decididamente determinada pela maioria, os partidos que compõem a minoria desempenham o papel, fundamental também, de elemento crítico, numa opposição não destrutiva, mas tanto quanto possível construtiva e cooperante".

— O Processo de Alteração dos Estatutos

Debrucemo-nos agora sobre o processo usado na alteração em causa, assim como a coerência ou irreverência entre a prática geral das autoridades e esta actuação concreta.

Os estudantes podiam ter decidido, mal a meu ver, que o art. 106 dos antigos estatutos fosse alterado no sentido do art. 57 dos novos. Exerciciam um direito, concretizando uma opinião que lhes parecia certa. A concepção de base seria, para mim, errada, mas o processo usado teria uma incontestável lisura.

Mas isso não se verificou. Lamentavelmente mais uma vez se abusou do poder para impor aos estudantes algo que certamente eles não escolheriam, se lhes fosse concedida a liberdade de livremente optarem.

Como já foi dito atrás, a alteração foi imposta. Note-se incidir essa modificação sobre um ponto essencial da vida da AAC. Pôs-se em causa toda uma tradição de processos eleitorais, todo um sistema de funcionamento, toda uma estrutura, todo um complexo de princípios fundamentais. Não estamos em presença de um pormenor, cuja insignificância conduzisse as autoridades a passarem por cima da prévia manifestação da vontade dos estudantes. O ponto em causa é crucial. A ingerência é por isso grave e perturbadora dum adequado funcionamento, duma perfeita eficácia, dentro dos moldes escolhidos pelos estudantes. Por isso, me parece colher aqui em pleno a observação de Leão XIII, na encí -

clica "Rerum Novarum":

"Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente dum princípio interno, e extingue-se sob a acção duma causa externa".

Perante este desvio à recta actuação somos levados a integrar tal processo na prática das autoridades, para ver se estamos em presença da consequência lógica duma coerência, dentro da linha geral adoptada, para ver se são assim tratadas as pessoas colectivas em geral, ou sequer as AAEE em particular.

As autoridades responsáveis pela alteração, são uma peça do actual sistema político. Peguemos assim num exemplo para comparação. Para a Assembleia Nacional são eleitas as listas que em cada círculo conseguirem a maioria. O governo é designado pelo Presidente da República, escolhido por um colégio eleitoral cujo principal contingente é fornecido pelos deputados. Na sua designação não se atende por qualquer forma à existência no eleitorado de outras correntes políticas que não sejam a actualmente no governo. Já se vê que por cá nem na Assembleia Nacional se assegura a representação das minorias, enquanto na AAC, mesmo pe los antigos estatutos, sempre a Assembleia Geral as engloba.

Quanto à constituição dos corpos gerentes das pessoas colectivas, nem a doutrina, nem a lei, estabeleceu o critério proporcional da representação das minorias. O que vigora, é um príncípio de liberdade, donde se conclui ter a lei achado por bem, deixar aos sócios a faculdade de por si resolverem sobre isso. Assim, é claro ter aqui o direito como valor principal a liberdade dos associados escolherem, por não acharem qualquer solução como decisivamente preferível ou lesiva à luz do interesse colectivo.

Se nos detivermos ainda sobre os estatutos das restantes AAEE, legalmente constituídas, constatamos, que embora todos elles tenham sido submetidos a alterações depois da crise, em nenhum se consagra o princípio imposto à AAC. Decerto, não podemos concluir daqui que, ao menos, as autoridades estão seguras de ser, para as AAEE, a solução rebatida a mais adequada. Foram tratados dum modo especial, nas especialidades destas, de bom

grado se dispensam.

Pena que este assomo inesperado dum apego à representação das minorias se reflectisse precisamente onde mais podia com prometer do que beneficiar as finalidades democráticas.

— Representação das Minorias nas Direcções de Secção

É esta a outra face do mesmo problema. Como já disse as autoridades consideram estatutária a representação proporcional mesmo a este nível, enquanto os estudantes interpretam os es tatutos precisamente em sentido contrário. Foi nesse sentido que a Direcção Geral da AAC de 63/64 se dirigiu ao M.R. em carta de 10/10/64. Aí se aduziam diversos argumentos. Nomeadamente, o de que não sendo a constituição proporcional dos corpos gerentes de uma pessoa colectiva, princípio jurídico estabelecido na lei ou na doutrina, nem norma consagrada para as outras AABE, só poderia entender-se como excepcional, ou quando muito como espe cial, a norma que o consagrava estatutariamente para a AAC. Pelo que ou expressamente a lei o consagrava noutras hipóteses, ou ter -se-ia de considerar como não vigorando para elas. Ora o art. 57 restringe-se inequívocamente aos corpos gerentes. Pelo que: "As direcções de secção, não sendo, por conseguinte corpos gerentes nem estando subordinadas ao art. 57, não se encontram sujeitas à exigência de constituição proporcional estabelecida para esses corpos gerentes. Desde que não haja disposição em contrário, são livremente nomeados pela Direcção da AAC, que nos termos do art. 34 delibera por maioria absoluta de votos". É que na verdade os artigos referentes às secções em nenhum ponto consagram por qualquer modo o princípio da representação proporcional nas respectivas direcções.

Não parece como se vê juridicamente correcta a posição das autoridades, e a reforçar o insustentável de tal ponto de vis ta podem ainda aduzir-se cons siderações de razoabilidade, que cons tituem por assim dizer a verificação prática da procedência da ar gumentação defendida.

Como é sabido, nas secções entram os sócios que assim o desejam. Não se observa qualquer critério restritivo para limi-

tar as possibilidades de qualquer estudante que nelas colaborar. A nomeação levada a cabo pela Direcção Geral incide desde logo sobre os colaboradores de cada uma das secções. O critério de escolha tem em conta elementos diversos, destacando-se desde logo a competência associativa geral, que será a capacidade de acertadamente levar a cabo tarefas, no âmbito das AAEE, depois, o do trabalho já desenvolvido na secção a cuja direcção se propõe pertencer, ouvidos os seccionistas respectivos, cuja vontade é geralmente respeitada como se de eleição se tratasse. Mas o próprio facto de ser isto um critério da direcção, deixa bem claro ser a esta que compete nomear os directores de secção. A direcção Geral é um corpo de 7 elementos que delibera por maioria absoluta (art. 34 est.). Serão pois directores de secção quem, 4 dentre os 7 decidirem dever ser. Pode-se discutir o critério usado, o modo como esse critério se aplique, mas em assembleia geral por quem se julgue lesado. Cortar em abstracto tal competência à Direcção Geral como corpo, para conceder às listas uma espécie de sobrevivência pós-eleitoral, com a consequente atribuição de competência para nomear parte dos elementos das direcções das secções é minar a própria razão de ser duma Direcção Geral. Ora, minar a razão de ser duma Direcção Geral é atentar contra a respectiva associação. Note-se que os poderes daquela surgem dos estatutos, a competência de listas em nenhuma parte é consagrada.

Mesmo uma proporcionalidade a partir da importância de tendências divergentes entre os colaboradores não seria muito aceitável, já que também aqui se lesaria o poder decisório da Direcção Geral nesta matéria. Mas é esta a única proporcionalidade correspondente à opinião geral, que aceite a consagrada para os corpos gerentes. A estar expressa, para haver coerência interna dos estatutos, seria a única admissível. Assim como necessariamente, estaria consagrada prática idêntica nas secções desportivas, até por maioria de razão mais próximas dos corpos gerentes por terem direcções escolhidas por praticantes muitas vezes depois de eleições, com duas listas a concorrerem. Mas não o está, como o não está, a proporcionalidade que dizem as autoridades dever-se respeitar.

Note-se, estar-se aqui perante trabalho de execução par

ticularizada duma linha, cuja responsabilidade cabe à Direcção Geral. O poder decisório das direcções de secção diz respeito a tarefas materiais e ao como fazer o que se decidiu dever ser feito. Há uma diferença qualitativa em relação à Direcção Geral. Nem se diga, que partindo da concordância com o sistema consagrado para os corpos gerentes se tem de admitir a tese oficial. Nada adiantam as minorias em ter representantes nas direcções de secção já que como é maioritariamente que tudo se decide em pouco poderão praticamente obstar à concretização da opinião da maioria. A não ser emperrando, não fazendo.

Pretende-se castrar com isto ainda mais a corrente maioritária da Academia, já que ao procurar-se esvaziar de poder a Direcção Geral se vai ao fim e ao cabo menosprezar o eleitorado, porque é da sua escolha que advém a certos sócios a qualidade de directores, caracterizada por certas faculdades cuja truncagem é antes de mais cortar as pernas a quem a grande massa considerou os mais capazes de defender os seus interesses.

— Conclusão

De tudo quanto foi dito se pode concluir: 1º A representação das minorias dos corpos gerentes não é um corolário da democraticidade da AAC, mas um anacronismo intitucionalizado por um acto arbitrário das autoridades que alteraram os estatutos; 2º Mesmo que a modificação fosse adequada não podiam os estudantes conformar-se com o processo utilizado; 3º A representação das minorias nas direcções de secção não vem consagrada expressamente nos estatutos, nem qualquer lei ou princípio geral do direito a consagra em geral, sendo mesmo qualitativamente diferente da representação proporcional nos corpos gerentes, constituindo um elemento desagregador no seio da Associação e um esforço de enfraquecimento da Direcção Geral, o que é o mesmo que dizer, um menosprezo da vontade dos eleitores.

VIVO CONVIVIO CON



victor
gameiro

ALGUNS ASPECTOS
DO CONVÍVIO
UNIVERSITÁRIO

I

CONCEITO DE CONVÍVIO

Vivemos numa época em que não é possível a nenhum homem, por mais inteligente que seja, deter sozinho a totalidade ou sequer uma porção significativa do conhecimento humano. Ao longo dos séculos a Humanidade tem vindo, de conquista em conquista, acumulando saber. São hoje muitas e complexas as tarefas por que o homem se vê obrigado a repartir a sua actividade e, para se bastar, ele não teve outra alternativa senão enveredar pelo caminho das especializações. Especializações essas que permitindo a cada um um trabalho mais amplo e aperfeiçoado (porque bem delimitado) tornaram os humanos incomparavelmente mais interdependentes do que anteriormente. Daí a necessidade de eles se aproximarem mais uns dos outros, numa comunhão de esforços que tornasse possível a satisfação das suas necessidades básicas. Assim o individualismo auto-suficiente vai dando gradualmente lugar aos diversos grupos sociais. E surge então o convívio, primeiro como uma imperiosa necessidade de entre-ajuda e divisão do trabalho e mais tarde na forma mais requintada que tem como objectivo primordial o desenvolvimento da compreensão, da tolerância e da simpatia humanas.

- (1) Estes apontamentos enquadram-se num esquema mais vasto que não se cumpre aqui por falta de espaço. Em próximo Boletim tratar-se-á o ponto "Convívio Universitário no plano Internacional" com o qual conclui a primeira parte desse esquema.

Aparecem-nos assim duas noções de convívio, ou antes, duas maneiras diferentes de encarar uma mesma realidade que é, afinal, a familiaridade, o trato diário entre os homens: de um lado uma convivência que assenta na consciencialização dos problemas comuns e na participação activa das mesmas responsabilidades; do outro o convívio no sentido de contacto pessoal puro e simples, tendo por objectivo imediato a aproximação humana.

A distância que separa estes dois pontos de vista é substancial: enquanto no primeiro o contacto humano podia aparecer subsidiariamente no segundo ele é em si mesmo uma finalidade a atingir.

Muito naturalmente estas duas formas de convívio surgem-nos como duas fases de um mesmo processo: a convivência pelo prazer único de cultivar as relações humanas só poderá existir legitimamente no dia em que os problemas fundamentais dos homens estiverem resolvidos e eles deixarem de sentir a preocupação de se aglutinarem em torno das necessidades comuns (e básicas) que hoje existem e urge satisfazer.

II

CONVÍVIO NO PLANO NACIONAL

É este um aspecto do problema que nos interessa particularmente a nós, estudantes portugueses. Infelizmente, por desconhecimento dos meios académicos de Lisboa e Porto estas reflexões assentam apenas sobre a minha experiência de alguns anos de Coimbra. Naturalmente que as dificuldades são semelhantes nas três cidades universitárias e nessa medida é minha convicção que tudo quanto aqui se disser para colocar o problema é, em princípio, válido para todas elas. O mesmo se não pode dizer no que toca às soluções consideradas acertadas para tentar resolvê-lo. Essas, necessariamente, têm de ser estudadas tendo presentes as características específicas do meio, única forma de resultarem eficientes.

Por outro lado este tema de "convivência dos universitários no plano nacional" é por demais vasto e complexo. Não se estranhe por isso que fiquem em claro alguns pon

tos de palpitante interesse como são, por exemplo, o do convívio entre rapazes e raparigas, aquel'outro do convívio entre os universitários e os estudantes de outros estabelecimentos de ensino (liceais e outros) e o da integração do caloiro na vida universitária, para dar prioridade a alguns outros que, no momento, me parecem revestir uma importância ainda maior.

a) O Convívio entre os estudantes

1. Ao nível do curso e da escola:

Em Coimbra, onde existe uma Associação Académica capaz de agrupar todos os estudantes, o papel que cumpre desempenhar aos cursos e Faculdades é muito mais restrito do que aquele de que, por força das circunstâncias, essas mesmas estruturas se têm de ocupar em Lisboa e no Porto.

O meio universitário Coimbrão tem características específicas (umas vantajosas, prejudiciais outras) que importa ter presentes; as exíguas dimensões da cidade e a concentração de todas as faculdades num espaço muito restrito possibilitam desde logo ao estudante de Coimbra um conhecimento amplo dos seus colegas, ao mesmo tempo que geram o inevitável mal dizer que é apanágio das terras pequenas. Nestas condições penso que deve pertencer à Associação Académica a iniciativa de realizar as diligências tendentes a ampliar os laços de fraternidade entre todos os universitários de Coimbra, deixando para os cursos e faculdades a tarefa; não menos importante aliás, de promover o conhecimento entre os colegas que sentem as mesmas dificuldades nos estudos e acalentam o mesmo ideal profissional.

Tudo quanto tenha como objectivo facilitar o trabalho escolar, desenvolver o gosto pelo trabalho de equipa, criar o hábito de expôr e discutir pontos de vista sobre assuntos científicos são realizações que merecem incentivo e simpatia no seio de cada curso e de cada escola, entre elas contam-se, por exemplo:

1) A criação de aulas para discussão de trabalhos de alunos; 2) as sessões de filmes científicos seguidos de debate; 3) as visitas de estudo; 4) os seminários e grupos de estudo para cada cadeira e matérias com ela relacionadas, tendo a colaboração de Professores e Assistentes; 5) a existência de salas de estudo tendo anexas biblioteca e gabinetes para audição de lições gravadas, etc. Realizações estas capazes de interessar vivamente os estudantes, unindo-os em torno de uma questão que é para eles de suma importância — a melhoria das condições do ensino.

Por outro e no aspecto da simples camaradagem há sempre interesse em fomentar as festas de curso, as reuniões de colegas, as excursões de recreio e outras.

Finalmente, ao nível de cada Faculdade ou Escola, seria interessante tentar:

1) as reuniões de alunos, professores e assistentes para diálogo aberto sobre todos os temas, inclusivé os extra-escolares; 2) algumas aulas dadas por pessoas alheias à Faculdade, a convite quer dos professores, quer dos alunos; 3) colaboração activa na semana de recepção ao caloiro (que penso dever sêr patrocinada pela Associação Académica), em sessões de trabalho visando a integração dos novos alunos na vida universitária.

2. Ao nível da Universidade

Também neste capítulo me refiro apenas concretamente a Coimbra, cujas especiais características ambientais me dispensam agora de referir para não cair em repetição desnecessária.

Muito se poderia e valeria a pena dizer sobre este assunto que, como tantos outros, está longe de poder ser encarado com optimismo.

Mas não irei além de enumerar umas quantas manifestações já ensaiadas entre nós (aliás com êxito) e que, embora passíveis de certas alterações que a experiência aconselhou, podem contribuir com elevada dose de eficácia

para fomentar a aproximação entre os membros da Universidade. Assim, entre as formas que de alguma maneira contribuem para o desenvolvimento do convívio universitário em Coimbra (algumas das quais constituem já tradição bem arraigada) contam-se: 1) a Queima das Fitas; 2) a Semana de Recepção ao caloiro; 3) a Tomada da Bastilha; 4) o Dia da Universidade; 5) as tardes de convívio promovidas este ano regularmente ao domingo pela A.A.C.; 6) os bailes de curso de costume realizados de Novembro a Janeiro, e tantas outras realizações.

3. Convívio inter-Academias:

É facto incontroverso que cada Academia do País tem as suas características próprias. Mas será isso motivo bastante para daí se concluir, como alguns pretendem, que elas devem viver compartimentadas ou, segundo a vontade de outros, que elas se oponham entre si? Não. Aceitá-lo seria negar a possibilidade de entendimento entre os homens e talvez entre as nações, pois também elas, tal como aqueles, têm personalidades diversas, o que é coisa muito diferente de antagónicas.

É necessário (e útil) que cada Academia mantenha a sua personalidade. Aceito e compreendo até perfeitamente que surja entre elas um benéfico espírito de competição. Não me repugna mesmo aplaudir o regionalismo na medida em que vejo nele um motivo de solidariedade e coesão académica entre cada um dos membros de uma geração de universitários, e entre elas e gerações que a procederam. Da mesma maneira que repudio enérgicamente toda e qualquer forma de isolacionismo mórbido e estéril, ainda quando se apresente mascarado de tradição ou se arrogue uma pretensa superioridade, apenas reveladora de egoísmo mesquinho e espírito tacanho.

Para além de tudo o que os diversifica têm os estudantes de Portugal sobejos motivos que os aproximam e lhes impõem uma unidade de esforços. Ou não será a comunhão de interesses, só por si, razão suficiente para pôr de lado descabidas divergências sectárias? Não é, porventura, a mesma regulamentação circum-escolar que a todos limita nos seus anseios de liberdade e autogestão? Não são iguais os métodos de ensino que conjuntamente pretendem ver reforma

dos? Não é idêntico o nível de vida de todos nós com os mesmos problemas de alimentação, habitação, saúde, etc.?

Do que fica dito parece não restarem dúvidas de que se impõe aos estudantes lançarem-se deliberadamente na procura de soluções comuns para os comuns males de que padecem. E como se torna isto possível? Naturalmente franqueando as fronteiras que ainda existem entre eles, revelando uns aos outros a riqueza das suas personalidades, permutando opiniões equacionando e resolvendo os seus problemas em comum. Por isso sou adepto de todas as modalidades de realizações que tenham como finalidade a aproximação dos estudantes, quer revistam a forma de actividades culturais, desportivas ou simplesmente recreativas, na medida em que elas contribuam para um mais amplo conhecimento, uma mais completa compreensão e uma maior solidariedade entre esses mesmos estudantes.

No campo das realizações práticas são de interesse reconhecido:

1) os Campeonatos Nacionais Universitários; 2) os jogos florais universitários, a realizar anualmente; 3) os festivais nacionais de Teatro Universitário; 4) uma semana nacional de trabalhos (a efectuar, também anualmente, nas férias da Páscoa e onde seriam abordados todos os temas considerados de interesse para os estudantes do país).

b) O Convívio entre estudantes e professores

É uma verdade aceite por todos que existe hoje um divórcio nefasto entre os Corpos Docente e Discente da Universidade. Tal situação, opondo não raramente os Professores aos Estudantes quando deviam formar um todo unitário, difra-se afinal numa perda de força de ambas as partes e conseqüente quebra de prestígio da instituição universitária.

Seria interessante buscar as causas de tal isolamento e averiguar a quem cabem as culpas. Mas não é isso que se pretende fazer aqui. Parece mais urgente apontar alguns pontos de rutura nas relações entre mestres e discípulos e sugerir medidas susceptíveis de contribuir para um melhor entendimento entre as duas partes.

De entre as dificuldades de vária ordem com que neste campo se depara é forçoso destacar duas, por serem exactamente aquelas que, quanto a mim, reclamam solução mais urgente e sem a qual tudo quanto se possa fazer para melhorar este aspecto do problema — o do convívio entre Docentes e Discentes — não passará de simples, arremedo, condenado de antemão à esterilidade. São elas:

- 1) - A ausência de representação Discente no Senado e na Assembleia Geral da Universidade e
- 2) - O carácter magistral, "ex-cathedra" do ensino

Merece a pena considerar, embora muito rapidamente, estes dois pontos.

Está na linha de tradições da Universidade Portuguesa a participação activa dos estudantes na gerência daquela instituição. Basta para o confirmar dizer-se que houve tempo em que o Reitor, hoje investido nas suas funções por nomeação governamental, era escolhido pelos estudantes,

A partir de 1932 cessou a participação estudantil na orgânica da Universidade. E esta ausência, além de discordante com a nossa tradição universitária, não se coaduna de modo algum com a concepção de Universidade operativa que é a mais largamente perfilhada entre nós, designadamente pelas autoridades académicas e governamentais. Ora perante esta incoerência, este desajustamento entre o que se diz e o que se faz, não admira que se gere a desconfiança e se vá cavando um fosso cada dia mais profundo entre os professores e os estudantes, aparecendo aqueles, aos olhos destes, como detentores dum privilégio que de todo em todo consideram ilegítimo. E esta desconfiança roça as margens da opposição quando uma das partes (no caso o Corpo Docente, através do Senado) detém o poder sendo-lhe permitido, como vem actualmente acontecendo castigar até à expulsão total de todas as escolas nacionais a outra parte (os alunos) sem que ao menos pos

sam lavrar o seu protesto ou sequer defender-se, dialogando, no lugar que de justiça lhes pertence — O Senado Universitário.

E poderá esse órgão pronunciar-se com justiça em nome de toda a Universidade quando nele não tem assento uma das partes principais que a integram (os estudantes)? E os poucos professores que compõem o Senado (alguns dos quais são nomeados) representarão verdadeiramente a totalidade dos Mestres da nossa Universidade?

O segundo ponto — carácter magistral do ensino reveste-se duma importância pelo menos igual à do anterior. O estudante de hoje exige mais do professor do que há alguns anos. A lição "ex-cathedra" deixou de corresponder já ao total das suas aspirações. Ele tende cada vez mais a ver o Professor como um guia, pondo de parte aquela ideia antiga de mestre que é preciso seguir porque detentor da verdade última, irrefutável. Mais do que uma prelecção brilhante ele espera do Mestre uma orientação, uma direcção do trabalho de equipa em que não faltem o exemplo, o entusiasmo, as palavras de estímulo ... Esta acção traria consigo, inevitavelmente, um clima de compreensão e camaradagem em paz de converter o Professor num companheiro mais velho, terminando por se interessar até pelos problemas extra-escolares dos seus discípulos. E ninguém ignora que para além da convivência simples e do aparecimento de relações amigáveis seria o próprio ensino a sair beneficiado. Na verdade é sabido como o conhecimento mútuo promove a confiança indispensável para facilitar a transmissão e receptividade de conhecimentos.

Quais as medidas de ordem prática para suprir estas e outras deficiências? A título de exemplo e não pretendendo ser exaustivo enumerarei algumas. Mas sejam elas quais forem precisam de, para serem suficientes, estar polarizadas em torno de três finalidades básicas, a saber:

- 1) - Melhoria das condições pedagógicas.
- 2) - Esclarecimento do Corpo Docente acerca das actividades circun-escolares.

3)-Captar o apoio dos Professores para o regresso da representatividade estudantil ao governo da Universidade.

Nesta ordem de ideias impõe-se: 1) aumentar o número de Professores e Assistentes exageradamente escasso para o quantitativo de alunos existentes, particularmente no que respeita às aulas práticas onde se torna por vezes impraticável até uma aprendizagem sofrível, quanto mais um conhecimento mítico. (Naturalmente que não ignoro que esta medida implicaria a solução prévia de outros problemas como, por exemplo, o aumento dos honorários do Corpo Docente de forma a permitir-lhe - e se possível impôr-lhe - que se dedique exclusivamente ao ensino e à investigação); 2) realizar exposições (escolares e extra-escolares) largamente discutidas; 3) promover colóquios sobre temas de especialidade e sobre problemas da Universidade; 4) procurar a colaboração assídua dos professores na imprensa estudantil; 5) Informar e interessar os Professores pela vida das Associações, convidando-os a participar nas suas realizações (particularmente nas de carácter pedagógica e cultural), enviando-lhes comunicados, dando-lhes notícias das deliberações da Assembleia Magna, convidando-os a visitar as instalações académicas, etc.; 6) Participação activa dos estudantes nas grandes realizações da vida da Universidade; 7) Organizar excursões, almoços de curso, visitas guiadas, etc..

c) Convívio entre estudantes e antigos estudantes

Esta modalidade de convivência não existe actualmente entre nós e creio até que nunca existiu. Não me refiro, bem entendido, àqueles contactos pessoais e compartimentados que se processam mais ou menos ao sabor dos conhecimentos e amizades de cada um. Quero focar exactamente a ausência de meios de comunicação devidamente estruturados e dirigidos para uma finalidade determinada que, a existirem, só teriam vantagens. São soejamente conhecidas as dificuldades que experimentam os recém-licenciados

no momento de iniciarem a sua vida de profissionais. Dificuldades essas que têm origem por um lado na orientação excessivamente teórica dos nossos cursos superiores e, por outro lado, no desconhecimento completo da maneira como se processa a actividade profissional para a qual se vão preparando ao longo de uma aprendizagem longa e, geralmente, desligada das realidades.

Neste sentido mostram-se de reconhecida utilidade as realizações como: 1) Visitas de estudo a sindicatos e Ordens; 2) estágios voluntários (mas com o carácter de obrigatoriedade de apresentação dum relatório) feitos durante os períodos de férias nas fábricas, nos hospitais, nos laboratórios e até nos estabelecimentos de ensino; 3) conferências e lições preferidas frequentemente por técnicos e outras pessoas estranhas à Universidade, seguidas de debate. E, já num outro aspecto, estreitamento das relações entre as AA.EE. e as AA. de antigos estudantes, através de: 1) festas de confraternização; 2) exposições; 3) excursões, etc. e ainda a ideia, aliás já manifestada anteriormente, de reuniões - colóquios de antigos com actuais dirigentes das Associações de Estudantes.

d) Convívio entre estudantes e não estudantes

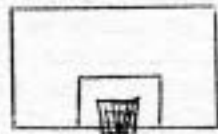
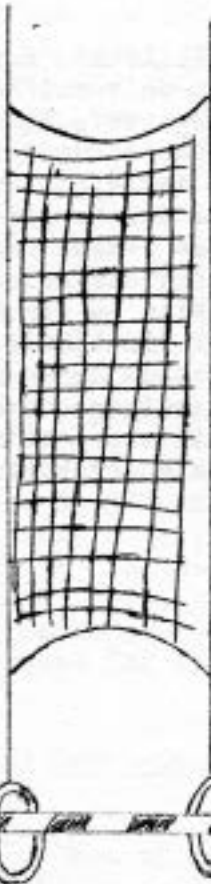
Vou situar aqui o problema do convívio entre os estudantes e os jovens de outras camadas sociais, e entre aqueles e a restante população do País.

Para tentar solucionar o primeiro aspecto do problema afigura-se indispensável o estabelecimento de relações entre os organismos de estudantes e as diversas actividades que agregam os outros jovens (cooperativas, juventudes operárias católicas, etc.), relações essas que se traduziriam num intercâmbio de publicações e na permuta de colunas nessas publicações, em visitas organizadas em comum a centros de interesse e na assistência e mesmo participação às mútuas realizações

Quanto ao segundo aspecto do problema — convivência entre os estudantes e a restante população do País —

— impõe-se que, antes de o abordar, relembremos aqui uma das missões (tantas vezes esquecida!) da Universidade. Trata-se, evidentemente, do papel que está reservado àquela instituição como veículo da cultura na Nação a que pertence. É à luz desta ideia que impende sobre o estudante Universitário consciente (como membro que é da Universidade) a sua quota-parte de responsabilidade nesse campo. Não nos repugna, pois, considerar como atribuições das Associações e dos outros organismos de estudantes criar as condições que tornem possível a prossecução de tal finalidade. E, para a sua concreta efectivação, antevemos toda uma gama de realizações que vai desde o teatro de divulgação dos nossos clássicos, passando pelas palestras interpretativas do folclore nacional, até ao contributo para a alfabetização das nossas populações rurais, etc..

••• •••



Costro
soutinho

OBRIGATORIEDADE
DO DESPORTO NA
UNIVERSIDADE

Para darmos o carácter euritmico à análise do Desporto Universitário, iniciado no nosso anterior escrito, temos que ter, agora, em conta a própria congeminação das mentalidades e das estruturas sobre as quais desejaremos um perfeito acrisolamento do nosso Desporto, e o contrastante pandemónio em que as coisas se agitam actualmente.

Assim, a razão por que achamos conveniente uma análise de uma hipótese por vários aventada e que se traduz na obrigatoriedade de actividades gimno-desportivas nas nossas escolas superiores. Apriorística e paradoxalmente a nossa opinião: é útil mas descabida tal pretensão.

Ao afirmarmos isto temos muito mais em conta a estruturação sobre que assenta a orgânica universitária, e a mentalidade dos que a compõem (do vértice à base), do que uma aversão a tal ideia.

Vejamos porquê.

Todos nós nos lembramos bem dos tempos do liceu e da obrigatoriedade a que estávamos sujeitos de, duas horas semanais, darmos uns saltos e flexões, feitos à pressa, entre um toque de campainha para a entrada e outro, 50 minutos após, para a saída. Tudo isto com o equipar, o "chamar" e o desequipar pelo meio. Claro que os resultados não eram óptimos, nem pelo menos satisfatórios. Era tudo feito a correr, sem consciência nem justeza, com a forçada transpiração, resultante do natural, ainda que parco, desgaste físico-anímico, a ser arrefecida na aula imediata, que podia ser de história ou matemática.

Ora com estes exemplos tão flagrantes e de todos conhecidos, poderemos aspirar a que na Universidade as coisas se processam de diferente modo? Cremos que não! Isto por

que a conjuntura actual do nosso ensino — e da nossa mentalidade — é tão má nas escolas médias como nas universidades. Desconfiamos — para não dizer "têmos a certeza" — que no ambiente universitário os mesmos erros continuariam a existir e veríamos a mesma apóstasia por parte dos executantes.

Mas ainda é necessário entrarmos na pormenorização das incompatibilidades de horário entre e na maioria das Faculdades, para se conseguir um plano de actividades que a todos agradasse e conviesse. Na verdade com a distribuição de aulas que vemos abundar pelas diversas escolas, cremos muito difícil uma possibilidade de solução lógica e positiva. À parte Direito, único curso que não tem aulas de tarde, todas as restantes Faculdades assoberbam os seus alunos com um horário exaustivo que, as mais das vezes, nem lhes permite um distribuir equitativo e racional do seu tempo de estudo e descanso. É, pois, deste modo, natural que compreendamos o tom deletérico com que os nossos colegas de Letras ou Ciências recebam tal hipótese de se verem obrigados a, juntando-se ao esforço intelectual, um desgastante e inconveniente período de actividade gimno-desportiva, bi-semanal, pelo menos. E têm razão.

Isto sem que deixemos de apoiar organizações de outros países onde existe tal obrigatoriedade. Por exemplo, na maior parte das universidades da América do Norte os alunos estão obrigados a, cumulativamente com a aquisição do "canudo" do seu curso profissional, adregarem a a provação de, pelo menos um, de dois desportos à sua escolha.

Claro que isto é na América. E ainda há países onde a solução é mais profícua... Em tais países existe um equilíbrio na distribuição da cultura, nos seus caracteres intelectual e físico. Tal, infelizmente, não acontece entre nós! Portanto que, antes de nos debruçarmos sobre uma reorganização, ou antes, organização das actividades gimno-desportivas circum-escolares, com o aventar de hipóteses e soluções, nos devamos concentrar numa reforma pedagógica da própria Universidade. Deixaremos isso a quem se dedica a esses estudos.

Em resumo, pois, temos a impossibilidade imediata de uma obrigatoriedade do Desporto na Universidade, devido à conjuntura organizatória e pedagógica da Universidade em geral. E enquanto se mantiver este "statu quo" será onírica qualquer esquematização de uma actividade gimno-despor

tiva circum-escolar. Quando muito poderão surgir "remendos", mais ou menos bem concebidos, mas que nunca passarão disso mesmo.

//

"Em Portugal há uma deformação da ideia desportiva. Esta, nascida com o seu carácter mais puro nas escolas inglesas (...); define-se, então Desporto como competição, esquecendo-se a convivência, a formação e a valorização pessoal, que lhe cabem como fins indiscutíveis" — transcrevemos para as nossas notas pessoais esta frase, escrita já não sabemos por quem, lida algures. Não fazemos reboço em aderir ao seu espírito. Sem dúvida que a convivência social, a formação moral e humanista, a valorização técnica, física e cultural do atleta são dos objectivos que mais essencialmente devem presidir ao Desporto, mormente quando ele se pratica, ou deve ser praticado, a um nível de cultura que supere os europeus da vitória. Defendemos isto em princípio e como princípio. Não quer dizer, todavia, que em ocasiões e lugares diferentes, quiçá com uma mentalidade cultural e desportiva mais desenvolvida, não convenhamos na existência de um mais apurado espírito competitivo. É que na base existe já a preparação que permite encarar a competição sem as veleidades de um momento de vitória fácil. É assim a modos que uma prova de doutoramento, após alguns anos de trabalho e esforço que permitem chegar a "ser bom"... Ora como nós ainda somos "caloiros" — ou nem isso ... — é de ter sempre bem presente aquela ideia inicial, para evitar possíveis desfazamentos de algo que ainda nem cons^{truído} está.

Mas há mais uma achega a fazer a esta nota preliminar deste capítulo.

Quando no anterior "Boletim" citámos a definição de Desporto dada por Pierre de Coubertin, o paladino dos Jogos Olímpicos puros, sérios e honestos, logo aclaramos o seu "lirismo", próprio da época romântica em que viveu. Os tempos são outros. Assim, que mais à vontade a deramos a Georges Hébert, quando afirma ser o Desporto

todo o género de exercício ou actividade física, tendo por objectivo o estabelecimento de um resultado superior e cu ja execução assenta essencialmente sobre a ideia de luta contra um elemento definido: distância, adversário ou, por generalização, contra si próprio".

Achamos de grande visão e objectividade tal afirmativa. Tanto mais que ela, ao fim e ao cabo, congrega os "lirismos" de Coubertin, reafirma os termos valorativos e formativos que acima defendemos para o nosso Desporto, e tra duz uma realidade que os nossos tempos exigem.

Simplesmente no nosso país, no momento actual, ao nível universitário — o que nos interessa... — nem exist^{em} os lirismos, nem a complementaridade cultural, nem o es^{pi}rito competitivo do Desporto. Em resumo: não existe mentalidade desportiva !

É bem verdade que o português não é congênitamen^{te} um desportista. Como não é intelectual. O hóquei em patins é uma excepção que os sábios não deveriam saber expli car, se fossem inquiridos. O futebol nem sequer é excepção, apesar da teimosia paternal em exercitar os filhos a pontapearem uma bola, mal eles se iniciam no andamento vertical — para mais tarde bramarem com as meias solas gastas numa "peleja" no colégio...

Quanto à maioria dos desportos, a sua existência tem uma aceitação tolerável, porque desconhecida. Mesmo os desportos "duros", "praticados por doidos", nunca chegam a receber uma crítica forjada no conhecimento das vantagens ou inconvenientes que possam acarretar em si.

Ora se a mentalidade geral do nosso povo se circunscreve à idolatria de "mitos" efémeros, por um lado, ou à denegação absoluta do Desporto, como actividade de mentecapatos ou pequeno-burgueses de mentalidade atarracada, no outro lado antagónico, é natural que o universitário tam^{bém} se inclua em uma destas duas "correntes". É verdade. É isto importa para o desenvolvimento do tema de hoje, porq^{ue} do esta realidade não permite encarar com êxito a hipótese de se ver o Desporto imposto na Universidade. Aqueles que in^{te}gramos na primeira "corrente" apenas se interessam pela competição e seus títulos. E em boa verdade o que se deve ter essencialmente em conta "sem se descurar o nível técnico, é sobretudo o nível de mentalidade, devendo-se negar p^{or} o nível técnico como base do Desporto. A qualidade virá por

acréscimo". O Desporto é hoje uma força social e, mais do que isso, é uma força educativa e estruturadora da evolução e capacidade de um povo.

Portanto esta "camada" de universitários não pode aceitar, para já, um Desporto pelo Desporto, ou mais propriamente, um Desporto como mola impulsora do desenvolvimento do povo.

Quanto aos outros, também não se pode aspirar a que adreguem aceitar aprioristicamente uma função que pensam secundária, alienada da sua posição de mentores de uma evolução socio-cultural, onde apenas o pensamento tem lugar. Eles têm em parte razão. No estado em que se encontra o Desporto federado no nosso país é sempre de aceitá-lo — ou repeli-lo — com umas certas reticências. Sabia, "enquanto o Desporto federado não for, por sua vez corrigido, a convivência íntima com o Desporto Universitário evita que ele caia irremediavelmente na lei da selva" — como disse, há tempos, o Dr. Orlando de Carvalho. Sem dúvida que ao universitário, de mentalidade mais evoluída, cumpre uma função correctiva do que está errado e nunca um pretensioso abstencionismo de um problema que ele considera inferior. Para mentalizar o povo, cultivá-lo, há igualmente que o fazer compreender seu fanatismo quase mitológico para as coisas do Desporto e encaminhá-lo para um entendimento daquilo que o Desporto pode e deve trazer de bom.

Desta segunda alínea do nosso trabalho podemos tirar conclusões finais, quais sejam a da inexistência de um espírito capaz de aceitar a actividade gimno-desportiva na Universidade como obrigatória. É demais para já. Quando se não compreende a essência de uma coisa que deve ser exercida de "motu próprio", como aceitá-la com bons olhos quando ela é imposta? É forçoso um desfazimento entre o conteúdo e a sua concretização. Temos, pois, que aguardar melhores dias e lutar para que cheguem brevemente.



Um terceiro ponto a ter em conta, para o alicerçamento da nossa ideia inicial quanto à impossibilidade de se implantar, em regime obrigatório, o Desporto na U

versidade, é a falta de instalações que permitam um perfeito exercício, a todos, das várias modalidades.

Como admitir que os 6.000 alunos da nossa Universidade pratiquem Desporto com um único ginásio — se é que é ginásio; não nos conseguem convencer de que a ideia inicial do architecto foi a de lhe atribuir uma finalidade quase exclusiva de "salão de festas" —, com dois rectângulos relevados "lá na outra banda", onde ainda estão as pistas de atletismo e ... pouco mais? Claro que é impossível! Sem material adequado não se pode fazer seja o que for. Sem instalações convenientes não se pode praticar Desporto; muito menos obrigar-se a sua prática.

Tem que se ter em conta, é certo, que as nossas instalações desportivas estão em construção (ainda) e que, portanto, dentro em breve tudo estará resolvido. Mas é puro engano. Mesmo com a finalização do plano do Estádio Universitário — "romântico, por entre as fragâncias do rio" — não podemos ter a veleidade de considerar todo o problema de instalações resolvido. Analisando a "planta" do Estádio Universitário, nela vemos inseridos: a) I Pavilhão, b) I Restaurante; c) I Ginásio; d) I Campo de jogos relevado; outro para treinos; e) I Ringue de Patinagem; f) I Court de Ténis; g) I Campo de Volei e Basquetebol; h) I Piscina aberta; outra coberta; i) I Tanque de recreio; j) I ... Parque para automóveis.

Como plano parece não estar mal. E talvez não estivesse se a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra tivesse tido alguma discernimento do que convém, é prático, simples e funcional, e não se apegasse a saudosismos balcofes, cada vez mais obsoletos. A Cidade Universitária (?) à "sombra" da velha torre, baluarte do turismo coimbrão; as instalações desportivas "na outra banda", a quilómetros de distância. Funcional e prático, não há dúvida! Já surgiram várias soluções para minimizar esse inconveniente da distância.

E até já vimos escrito a hipótese de um teleférico. Não seria má ideia.

O que é certo, em suma, é que as instalações desportivas de Stª Clara continuam, e continuarão, a ser insuficientes. E como óbice maior está, claro, a distância. Porque, se defendemos que o Desporto deve ser praticado o mais possível ao ar livre e fora de zonas profundamente urbanizadas, também temos em conta que o universitário tem de ter

as maiores facilidades e o menor desgaste de tempo para preencher as horas livres dos estudos na prática de desportos e exercícios físicos.

Assim, e apoiando a opinião já expressa pelo Dr. Armando Rocha, julgamos que o ideal para um perfeito saneamento do caotismo actual das instalações e prática desportivas será "puxar" o mais possível aquelas para próximo das Faculdades. Se se teima em construir a Cidade Universitária à "sombra" da torre, Mute-se agora para que as instalações desportivas também estejam protegidas por essa "sombra". Enquanto tal não suceder, enquanto o estudante se tiver que dispersar para cantos remotos da cidade, à procura de lugar próprio ao exercício físico, será filantrópico querer obrigá-lo à prática da Ginástica ou do Voleibol.

É bem verdade que o Campo de St^a Cruz ainda não foi arborizado consoante estava em mente da vereação coimbrã. Pensamos que nós, estudantes, temos que nos esforçar para que isso não aconteça e, ao contrário, vejamos transformar-se uma "fonte de reliquias" em objecto prático e útil, actualizado.

Ao dizermos isto não temos outra intenção do que defender a ideia de que a superfície actualmente ocupada pelo velhinho campo de Santa Cruz bem se pode transformar em funcionais ginásios, a uma meia dúzia de passos da Faculdade e atractivo para todos aqueles que não sentem, por enquanto, o valor e importância do desenvolvimento físico.

Este ponto, porém, só por si, daria para um trabalho isolado. E porque não queremos alongar, ainda mais, a redacção de hoje, eis porque apenas fazemos enunciação superficial de um trabalho sobre o qual nós, e as autoridades, nos devemos debruçar com a maior acuidade.

Mas não queremos terminar este capítulo sem transcrever uma frase proferida por alguém cuja responsabilidade muito pesa na nossa orgânica desportiva — O Inspector Nacional de Desporto Universitário:

— "Todos os recintos para Desporto não são demais; bancadas, essas sim, são demais as que existem já e prejudiciais (os mentores desportivos nacionais lançaram a nessa juventude, pode dizer-se que na sua totalidade, para as bancadas (...))".

Como síntese geral temos, então, que:

a) - Não existe disponibilidade de tempo, por parte do universitário, para se poder obrigá-lo à prática do Desporto e da Educação Física — isto mercê de uma anacrónica estruturação pedagógica.

b) - A mentalidade que paira sobre o Desporto é de displicência quanto à justificação da sua actividade e reduz-se à patologia da "clubite" ou dos louros da vitória.

c) - A Universidade não possui os meios adequados para que possa oferecer — ou obrigar — os seus elementos a tantíssima actividade complementar da sua cultura intelectual.

Por tudo isto não defendemos a obrigatoriedade do Desporto na Universidade.

E se tudo o que não existe for construído e o que está mal for emendado? — nesse caso seremos dos primeiros a defender tal causa.

Ainda que pensemos que, então, o estudante, por si mesmo, se sentirá atraído para a prática do desenvolvimento físico. Mas se tal não acontecer, então que se o critique e reconsidere.

Agora sermos paladinos de uma utopia, isso não...

luis

filipe pereira

PORQUE OS ESTUDANTES PORTUGUESES DEVEM PARTICIPAR NA LUTA CONTRA O ANALFABETISMO

Numa época em que a ciência e a técnica avançam dia a dia de maneira imprevisível, onde as perspectivas culturais rasgam novos horizontes, onde os benefícios materiais desta civilização trazem aos homens um bem estar nunca suposto, num mundo infnico onde os satélites já levantam problemas de regulamentação do trânsito no espaço, ainda há 700 milhões de seres de mais de quinze anos de idade, que não sabem ler nem escrever, e que vivem portanto à margem da civilização moderna. Representam $\frac{2}{5}$ da população adulta do globo. É curioso notar, sem procurar razões, que assumem gravidade especial, a situação na África, na Ásia e na América Latina onde as taxas de analfabetismo relativamente ao total da população chegam a atingir os 70%, e 80% e 90%. Hoje, das 550 milhões de crianças de 5 a 14 anos só 300 milhões estão matriculadas nas escolas primárias e secundárias.

Apesar dos esforços nacionais e internacionais para enfrentar tão grave problema, verifica-se pelo estudo efectuado pela U.N.E.S.C.O. em 1962, que grande número dos que frequentam a escola primária não chegam ao fim dos seus estudos e facilmente; com maior ou menor brevidade recaem no analfabetismo. As estimativas que puderam ser feitas indicam-nos que a população analfabeta aumenta assim cada ano, de 20 a 25 milhões. É sobre esta situação alarmante de flagrante injustiça, onde são visíveis dois universos distintos, que os homens instruídos e cultos devem reflectir. Talvez consigam assim medir melhor a responsabilidade

que lhes cabe.

Desperdiçam-se as energias de uma grande parte da humanidade que podia dar benefícios extraordinários ao nosso tempo e receber outros que melhorassem o seu modo de vida.

Ouçamos a voz de René Maheu, Director Geral da U.N.E.S.C.O.:

"Pela minha parte, eu considero a luta contra o analfabetismo como a tarefa mais imperiosa e mais exaltante da nossa geração. Parece-me que nós temos o dever, depois de termos reconhecido o direito universal à educação de fazer deste direito uma realidade concreta pelo menos neste estádio elementar. A alfabetização massiva dos adultos não pode ser empreendida com chances de sucessos que beneficiem da compreensão e da manutenção activa da opinião pública, porque ela não exige nada menos que uma mobilização geral da humanidade. Isto não somente por causa dos requisitos que ela requer, mas sobretudo porque é a unidade da humanidade de que está em jogo. No momento em que a ciência abre a porta dos astros, é inadmissível que $\frac{2}{5}$ da humanidade fiquem prisioneiros de fantasmas ancestrais. Quer-se duas humanidades: a das estrelas e a das cavernas? Nenhuma paz resistirá a esta terrível iniquidade de um progresso tão desigualmente repartido.

É indispensável que os governos e os povos sejam plenamente informados e advertidos destas coisas. É preciso que eles saibam e compreendam as razões da acção concebida e os fins que se propõe realizar. Nos países onde o analfabetismo existe, incumbir-se-ão os governos de acordarem a prioridade necessária à alfabetização e educação permanente dos adultos com as necessidades de desenvolvimento da colectividade.

A U.N.E.S.C.O. convida todos os Estados e todos os povos a associarem-se a esta nobre empresa de libertação humana, intelectual, técnica, cívica e moral. O seu apoio e a sua participação são necessários ao sucesso dos nossos esforços. O encargo é grandioso. Trata-se nada menos que abrir a $\frac{2}{5}$ da humanidade que estagna na ignorância e passividade, a estrada da luz e as portas da história". (1)

Por isso, uma vez reconhecida a necessidade da alfabetização universal da população adulta, impõe-se para além dos esforços nacionais, uma orientada acção no plano internacional. Neste sentido, a U.N.E.S.C.O. apresentou em 1962 à Assembleia Geral das Nações Unidas um projecto para a supressão do analfabetismo no mundo. Em 1963, aprovou-se por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas o princípio duma campanha mundial de alfabetização. Em 1964, surge uma nova estratégia com um novo plano pro

posto pela U.N.E.S.C.O. pelo espaço de 5 anos.

Verifiquemos então a realidade pelas cifras que se transcrevem:

(2) Taxa de analfabetismo nos diversos continentes e na U.R.S.S.

Continentes	África	Ásia	América	Oceania	Europa	U.R.S.S.
População total (em milhões)	198	1.370	330	13	393	186
Adultos (15 anos e mais em milhões)	120	830	223	9	293	112
Taxa de analfabetismo(%)	80-85	60-65	20-21	10-11	7-9	5-10
Número de analfabetos adultos (em milhões)	98-104	510-540	45-47	1	22-25	6-11

(3) Taxa de analfabetismo nalguns países da Europa da América Latina e da África entre os maiores de 15 anos

França	3-4%
Espanha	15-20%
Alemanha	1-2%
Grécia	25-30%
Dinamarca	1-2%
Checoslováquia	2-3%
Finlândia	1-3%
Portugal (Metrópole)	40-46%
Chile	10-20%
Uruguai	10-15%
Argentina	10-15%
Brasil	50-55%
Paraguai	30-35%
Venezuela	40-45%
México	35-40%
Bolívia	60-65%

Haiti	90%
Peru	50%
Egipto	75-80%
Argélia	80%
Libéria	90-95%

Note-se que a América Latina e a África são das regiões mais afectadas. Comporta a primeira cerca de 70 milhões de analfabetos.

- Constata-se que 97 dos 198 países do globo tem mais de 50% de analfabetos adultos.
- Que os analfabetos vivem sobretudo no campo, o que pressupõe a existência duma relação entre alfabetização e industrialização.
- Que a geografia do analfabetismo coincide com a geografia da fome e do subdesenvolvimento.

Estudos empreendidos pela U.N.E.S.C.O., indicam que todos os países que tem mais de 20% de analfabetos - com excepção de Porto Rico e Venezuela, o rendimento por habitante é inferior a 300 dólares."(4)

Por aqui se pode avaliar a tarefa urgente que importa realizar. A alfabetização é indispensável ao desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos para o deixarem de ser, devem começar por combater eficazmente a ignorância. Há que coordenar uma planificação da educação com a planificação da economia. Interessa formar mais professores, aumentar as escolas, promover campanhas de alfabetização, estender novos programas, experimentar novos métodos; estudar a escolarização obrigatória gratuita. A alfabetização deve ser acompanhada duma educação geral que forneça os rudimentos de higiene, os rudimentos precisos nos trabalhos de agricultura e indústria, onde se dêem enfim, noções de educação cívica, moral e económica. O adulto que constitui hoje a grande massa iletrada, levanta sérias dificuldades à sua aprendizagem; não só pelo seu intelecto não estar habituado a esta outra actividade, como ainda por lhe faltarem os estímulos que o impedem de visionar novas perspectivas para a sua vida normalmente dura; e por lhe faltarem inclusivamente tempo e disposição para se instruir depois do seu dia de trabalho. Era preciso pois, que os métodos utilizados fossem orientados para a vida real do analfabeto; que as ilustrações, os programas atingissem imediatamente os seus interesses, estivessem de acordo com as preocupações locais. Recorre-se hoje à rádio, à televisão, a filmes, discos, como ele

mentos utilíssimos nesta luta.

A alfabetização na medida em que instrui as pessoas, traz consigo o problema da capacidade de absorção desses homens pela economia.

Ninguém desconhece que os países em vias de desenvolvimento precisam de operários e técnicos qualificados e que a alfabetização aumenta a produtividade da mão de obra.

Convém ainda ter sempre presente o perigo que representa voltarem a cair no analfabetismo, os adultos alfabetizados. É necessário dar a possibilidade aos que aprendem de poderem aplicar continuamente os seus conhecimentos. Interessa assim cuidar da post-alfabetização, através da leitura de jornais, revistas e livros apropriados.

Torna-se chocante observar que há milhões de pessoas que não participam legítima e integralmente na vida dos seus países; onde se apregoa o direito à educação e se lhes concede o direito da cidadania.

É pois importante lutar decididamente contra a ignorância, de modo a permitir ao alfabetizado a compreensão das inovações culturais e técnicas do seu tempo, a integração dele neste ritmo. Só assim os alfabetizados poderão compreender porque são homens e quais as possibilidades que têm como tal.

Analfabetismo em Portugal

Sem contar com o Ultramar onde o analfabetismo atinge a cifra de 90-95%, vejamos no que respeita a Portugal Continental o que dizem os números:

	Percentagens de analfabetismo (5)		
	Total	Homens	Mulheres
1940	49%	41,2	56,1
1950	40,4	32,4	47,7
	<u>1940</u>	<u>1950</u>	
Aveiro	47,5	35,3	
Beja	64	57,9	
Braga	54,2	44,9	
Bragança	55,6	45,8	

	1940	1950
C. Branco	61,7	51,2
Coimbra	51	41,3
Évora	55	48,3
Faro	52,4	47,3
Guarda	50,6	43,4
Leiria	54,2	45,4
Lisboa	31,2	25,4
Portalegre	56	51,2
Porto	42,1	32,9
Santarém	54,2	44,5
Setúbal	51,6	44,6
V. do Castelo	52,2	42,3
Vila Real	53,3	44,9
Viseu	54,7	44,3

Os dados relativos ao censo de 1960 ainda não estão apurados. Como se vê a diminuição de analfabetismo num decénio foi pequena, menos de 10%.

-Segundo Luís Reissig (6), estudos das Nações Unidas dizem que a análise dos dados sobre analfabetismo a partir de 1900 demonstra que a menos que a taxa de analfabetismo de um país se reduza em média à razão de 10% ou mais por decénio, o número absoluto de analfabetos adultos tende a aumentar. Isto se deve aos rápidos aumentos da população na maioria dos países onde o analfabetismo é elevado. Nos casos em que a taxa se reduziu em 25% ou mais no censo dum período de 10 anos, se comprovou que o número absoluto de habitantes analfabetos tendia decididamente a diminuir.

Em face desta situação, foi feita uma campanha Nacional de Educação de Adultos, que durou de 1952 a 1956 e procurou-se diminuir o analfabetismo às aulas dos menores em idade escolar.

Note-se que só em 1960 se tornou obrigatória a frequência da 4ª classe para raparigas e algum tempo antes para rapazes. Repare-se então nos números que se seguem:

Adolescentes e adultos (7)

Matriculados no curso Primário	Aprovados no ensino primário	
	3ª classe	4ª classe
1951-52 - 27.010		
1952-53 - 172.766	21.897	5.734
1953-54 - 280.369	66.956	9.452

Matriculados no Curso Primário — Aprovados no ensino primário

	<u>3ª classe</u>	<u>4ª classe</u>
1954-55 - 248.645	72.479	13.892
1955-56 - 257.204	57.859	13.676
1956-57 - 245.998	43.764	17.564
1957-58 - 120.268	24.986	24.768
1958-59 - 118.545	21.041	33.353
1959-60 - 105.425	12.645	38.276
1961-62 - 72.482	—	—
1962-63 - 68.318	—	—

Constata-se que:

1) Os adolescentes e adultos matriculados no ensino primário aumentaram bastante a partir do início da Campanha de Educação de Adultos, tendo decaído vertiginosamente a partir de 1957, com tendência para diminuir.

2) Que o número de adolescentes e adultos aprovados com a 4ª classe é bastante reduzido, tendo em conta as medidas tomadas.

Sabe-se que a pressa de corrigir números assustadores, levou a que se concedessem vantagens especiais aos professores primários que trabalhassem na Campanha de Educação de Adultos e apresentassem um certo número de alunos preparados para os exames. Traduzia-se num aumento de honorários e aumento de valoração profissional. Suscitaram, como se sabe, estes benefícios graves problemas. Muitos diplomas foram passados em série! Alguns professores foram processados.

Por outro lado, novas exigências passaram a ser feitas ao trabalhador no respectivo emprego. Era-lhes indispensável um diploma com o risco de se o não adquirisse, poder perder o seu ganha-pão. O professor, conhecedor da situação, evitava humanamente o prejuízo dos candidatos que apareciam a exame.

Parece-me todavia, que uma campanha de educação de adultos só resultará verdadeiramente eficiente, quando:

a) Tiver por finalidade a eliminação radical do analfabetismo, criando-se os meios necessários para a sua supressão definitiva, quer durante, quer depois da campanha findar.

b) Quando fôr convenientemente preparada por especialistas de educação e alfabetização.

c) Quando a campanha atingir toda a população, e não só a população activa.

d) Quando antes de se iniciar a campanha, se prepare psicologicamente os analfabetos e se elucide das vantagens de aprenderem a ler e a escrever.

e) Quando se aumentar o número de professores e estes forem melhor preparados e quando se fornecer aos outros encarregados de alfabetizar um curso preparatório.

f) Quando a campanha de educação de adultos não fôr um fim em si e se integrar num plano nacional de educação.

g) Quando através duma educação permanente se completar a instrução dos recém-alfabetizados, impedindo-lhes de esquecerem o que aprenderam. A colaboração da U.N.E.S.C.O. neste combate à ignorância é de extraordinária valia.

Vejamos alguns dados relativos ao pessoal docente no ensino primário (8)

Matriculados no ensino primário

Menores em idade escolar	Adolescentes e Adultos	Professores	Regentes
1952-53 - 759.180	172.766	12.804	4.793
1958-59 - 856.940	118.545	16.289	6.930
1959-60 - 868.625	105.425	17.065	6.497

Donde se conclui que:

a) considerando o ano de 59-60, obtém-se uma média de 57 alunos para 1 professor. A falta de professores explica-se pela fraca remuneração que recebem.

b) Para além da falta de professores, o número de Regentes regista um aumento, que atinge na percentagem em relação ao total do pessoal docente em 1958-59, 29,9. A falta de preparação dos Regentes implica evidentemente com a qualidade de ensino ministrado, e repercute-se numa aprendizagem deficiente por falta dos alunos.

Outro dos problemas graves que se levanta à população escolar, é a existência do pequeno número de escolas primárias oficiais. As instalações deviam acompanhar o desenvolvimento escolar. Como complemento do trabalho de alfabetização é indispensável considerar a escolaridade obrigatória e gratuita. A extensão da escolaridade gratuita e obrigatória deve continuamente adaptar-se às necessidades económico-sociais do País.

Escolaridade obrigatória e gratuita nalguns Países da Europa, América Latina e África: (9)

	<u>Idades - limite</u>	<u>Duração de anos</u>
França	6 - 16	10
Espanha.....	6 - 12	6
Alemanha Ocidental.	6 - 15	8 - 9
Alemanha Oriental	6 - 18	11
Grécia	6 - 14	6
Minamarca	7 - 14	7
Checoslováquia ...	6 - 15	9
Portugal	7 - 13	6
México	— —	6
Venezuela	— —	6
Egipto	— —	6
Líbia	— —	9

Portugal só aumentou no ano lectivo que decorre, a sua escolaridade obrigatória e gratuita de 4 para 6 anos, passando esta medida a afectar daqui a 4 anos os alunos que ingressarem ao 3.º ano na escola.

Importa ainda salientar um elemento fundamental deste combate, a escolarização efectiva. Para não permitir que aumente a população iletrada é preciso impedir a todo o custo que os menores em idade escolar faltem à escola. Sabe-se que há poucos anos atrás eram muito fracas as taxas de escolarização efectiva, atingindo percentagens impressionantes como se pode verificar (10)

<u>Distrito</u>	<u>Entre 7 e 11 anos</u>	<u>Entre 12 e 19 anos</u>
Traga	66,6	10,0
Cóimbra	67,0	13,5
Lisboa	80,5	24,9
Beja	50,0	6,2
Faro	63,2	10,3

há, no entanto, que esta situação melhorou, e o absentismo na população entre os 7 e 11 anos diminuiu de facto. Interessa neste ponto manter um estado de alerta permanente, cuidando-se com atenção da situação dos alunos que vivam em zonas onde não há escolas e se encontrem distanciados das localidades onde elas existem. Aumentaria a taxa de escolarização efectiva, se as crianças não fossem obrigadas a trabalhar tão cedo para ajudar a família.

Não queria terminar este ponto, sem me referir aos dados fornecidos pelo X Recenseamento Geral da População (1960), relativos à população residente activa com profissão segundo a instrução: Total - 3.315.639 pessoas.

(Para o conjunto dos distritos do Continente e ilhas -
- Tomo V, volume 2º)

<u>Não sabiam ler</u>	<u>Sabiam ler sem frequentar nem possuir um grau de ensino</u>	<u>Frequentavam um grau de ensino</u>	<u>Possuíam um grau de ensino</u>
H - 837.440	735.660	32.633	1.107.303
M - 200.274	165.661	7.271	229.397
Total 1.037.714	901.321	39.904	1.336.700

Constata-se pois que numa população residente activa de 3.315.639 pessoas há 1.037.714 analfabetos e 901.321 pessoas sem frequentar nem possuir um grau de ensino. Num trabalho recente do Centro de Estudos Económicos e Agrícolas (1963), dos Eng.ºs Castro de Caldas e Manuel dos Santos, indicam que na estrutura da população activa; as pessoas distribuem-se assim nos diversos sectores: Agricultura e pesca - 43,6; Indústria - 20,7; Serviços - 35,7.

Como pudemos verificar pelos dados expostos no que toca ao analfabetismo em Portugal, a situação é grave. Para podermos avançar, precisamos de varrer da sociedade em que vivemos este terrível espectro. Todos os esforços são poucos. São precisas soluções efectivas e urgentes.

Porque são responsáveis os estudantes portugueses

Se todo e qualquer cidadão tem o direito e o dever de estar a par da situação do seu País, o estudante universitário, já porque pertence às camadas mais cultas da população, já porque tem todas as probabilidades de vir a participar como dirigente nos destinos da Nação, deve com muito mais razões, conhecer melhor os problemas que afligem o seu País, chamar a atenção para a necessidade de os resolver, colaborando com seriedade nas propostas de soluções justas e eficientes, e trabalhando com generosidade e abnegação para a realização das mesmas. E o analfabetismo para além de

Por uma realidade nacional é um problema que pela sua natureza, toca bem de perto à sua qualidade de estudante. São mltidas as relações e existentes entre a supressão do analfabetismo e os diversos graus de ensino. Dentro deste condicionalismo, ao diminuir o número de analfabetos, aumentará forçosamente o número de estudantes do ensino primário, secundário e técnico, bem como do ensino superior.

O estudante frequenta a Universidade para se instruir e poder com a sua formação cultural, técnica ou científica, ser mais útil à sociedade onde vive. Nada impedirá que o comecé a ser dos de já, voltando-se para essa sociedade que o apoia e procurando contribuir num esforço de gratidão, para o seu melhoramento. Relativamente à população total, a percentagem dos que estudam é irrisória. O estudante universitário goza de facto duma situação de privilégio que poucos ousarão ocupar. Munido pois duma bagagem cultural que só a sua preparação literária, técnica ou científica lhe confere, encontra-se este em condições óptimas de poder servir os interesses nacionais, combatendo directamente a ignorância.

Foi assim aliás que concluiu a Assembleia Plenária do I Encontro Nacional de Estudantes, realizada em 10 de Março de 1962, para discutir o problema do Acesso à Universidade, quando "considerou que o esforço intelectual do estudante enriquece a comunidade de que é elemento essencial, que os interesses dos estudantes coincidem com os interesses nacionais, que é firme a vontade dos estudantes em participar no esforço de reconstrução e progresso nacional, que o seu papel é fundamental no desenvolvimento da missão da Universidade de que são elementos vivos e actuates, e quando destacou ainda o papel fundamental da Universidade perante a comunidade nacional".

A Universidade, elemento dinâmico dum País, pelo estudo aprofundado e científico que faz dos seus problemas, pelas linhas culturais que traça à comunidade, não pode fugir à responsabilidade neste grande empreendimento. Por isso, os estudantes mexicanos, quando da realização do I Seminário de Aprendizagem sobre Educação de Adultos, pela Federação dos Estudantes do México, inaugurado pela Autoridade Máxima do Estado em Fevereiro de 1964 na Faculdade de Medicina de San Luis Potosí, propuseram que se implantasse nas universidades do México e América Central um serviço de extensão universitária, orientado para a educação de adultos. (L'Étudiant de Maio 1964).

Os estudantes podem portanto ser úteis agindo num estudo sério e atento do problema, como alfabetizadores ou instrutores

res; ou fornecendo elementos sobre o meio e sobre as características dos adultos da sua região, oferecendo-se para trabalhar af de preferência, nesta ou qualquer outra tarefa complementar.

Assim aconteceu no México, Bolívia, Chile e outros países da América Latina.

Penso que as Associações de Estudantes que referiram este assunto oferecendo os seus préstimos, porque não esquecem os problemas nacionais, e que muitas provas já deram da sua capacidade e valor, quando puderem tomar a iniciativa de estudar convenientemente o problema do analfabetismo e definir a responsabilidade da participação do universitário português neste combate à ignorância, encontrarão soluções que dentro do espírito que as caracteriza, proporão às Autoridades Governamentais, de modo a permitir a integração destes projectos nos planos nacionais. As Autoridades do Sector da Educação não irão prescindir de tão valiosa colaboração.

É dentro desta linha de entendimento, de análise crítica, mas construtiva, que os estudantes nunca recusarão esforços, se disporão sempre a participar para servir os interesses nacionais, e a trabalhar activamente pelo progresso do País.

- 1)-Revista da U.N.E.S.C.O. "Le Courrier" - Outubro de 1964.
- 2)-"L'analfabetisme dans le monde au milieu du XX^e siècle". U.N.E.S.C.O. - 1957 - Estas cifras sofreram hoje alterações na maior parte dos países. São por enquanto os últimos dados que possuímos.
- 3)-"L'analfabetisme dans le monde au milieu du XX^e siècle". U.N.E.S.C.O. - 1957.
- 4)-Revista católica "Croissance des Jeunes Nations" Fevereiro de 1964.
- 5)-"Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa" -1963. Centro de Estudos de Estatística Económica.
- 6)-Luis Reesig -"Educación y Desarrollo Económico"
- 7)-"Estatística da Educação" I.N.E. - 1963, e "Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa".
- 8)-"Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa". Segundo dados fornecidos pela Direcção Geral do Ensino Primário.
- 9 e 10)-"Autópsia do Ensino" - Quadrante 1963



A. A. C.

Coimbra, Pátio da Universidade
22 de Março de 1965

